



**Universidade de Brasília**  
**Centro de Desenvolvimento Sustentável**  
**Mestrado em Desenvolvimento Sustentável**  
**junto a Povos e Territórios Tradicionais –**  
**MESPT**

**Ancestralidade, educação e saúde indígena:**  
*identidade Karipuna enquanto marco de afirmação*

Alceu Karipuna

Brasília, novembro de 2017

Alceu Karipuna

**Ancestralidade, educação e saúde indígena**

*Identidade Karipuna enquanto marco de afirmação*

Dissertação de Mestrado  
Profissional em  
Sustentabilidade junto a Povos  
e Territórios Tradicionais -  
MESPT, do Centro de  
Desenvolvimento Sustentável  
da Universidade de Brasília.

Orientadora:  
Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Brasília, DF, novembro de 2017

Alceu Karipuna

**Ancestralidade, educação e saúde indígena**  
*Identidade Karipuna enquanto marco de afirmação*

Dissertação de Mestrado  
Profissional em  
Sustentabilidade junto a Povos  
e Territórios Tradicionais -  
MESPT, do Centro de  
Desenvolvimento Sustentável  
da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora:

---

Sílvia Guimarães MESPT/UnB  
Orientadora (Presidente da banca)

---

Ximena Pamela Diaz Bermúdez  
DSC/UnB Membro externo

---

Carolina Lopes Araújo MESPT/UnB  
Membro interno

---

Francisco da Silva Sarmiento Tukano /UnB  
Membro externo

---

Mônica Nogueira MESPT /UnB  
Membro interno (suplente)

Brasília, DF, novembro de 2017

#### Dedicatória

Dedico este trabalho sobre a reflexão de minha trajetória na educação e saúde indígena a partir de minha ancestralidade a todos os parentes da família Karipuna. Que a aldeia Manga, meu lugar de vida e de formação enquanto karipuna receba este trabalho como fruto de nossas lutas para o fortalecimento de nossa comunidade, de nossos jovens e de todas aquelas lideranças que buscam fortalecer a memória e rituais de nosso povo. Que a proteção dada pela comunidade às outras aldeias próximas quando é colocada na linha de frente perante todos os problemas advindos por sua estreita relação com o mundo não indígena seja abençoada e a mantenha firme em meio a todos as dificuldades enfrentadas neste momento.

## Agradecimentos

Primeiramente agradecer à Universidade de Brasília por me conduzir durante esse período de trocas de saberes.

Agradecer à equipe da coordenação do MESPT que sempre me recebeu com muito afeto e tornou a jornada do mestrado mais prazerosa, facilitando meu aprendizado nas atividades.

Agradecer aos amigos moradores de Brasília por me acolherem em seus lares e oferecerem os cuidados gratuitos durante o tempo de estudos na cidade.

Agradecer aos meus locais de trabalho que foram compreensíveis em muitos períodos quando necessitei me afastar de minhas atividades profissionais de médico para que eu pudesse estar no mestrado em Brasília.

Agradecer à professora Mônica Celeida, este ser de luz que conduz seus alunos como uma grande mãe cuida de seus filhos, a qual através de seus cuidados nos ensinou muitas lições para a vida. Muito obrigado, minhas rezas por você, sempre.

Agradecer às professoras Carolina Lopes Araújo e Cristiane Portela por suas contribuições durante a qualificação de minha dissertação e por me permitirem escrever com a liberdade que eu precisava para contar um pouco de minha trajetória de vida e compartilhar mais verdadeiramente o que é ser indígena num mundo que não permite você circular em outros mundos que não seja o indígena.

Agradecer às lideranças indígenas de minha aldeia Manga, especialmente ao cacique Luciano dos Santos, as quais sempre me apoiaram para que eu continuasse a buscar formação e fortalecimento na questão indígena.

Agradecer à professora orientadora Sílvia Guimarães por toda a paciência e incentivo durante toda a minha trajetória dentro do mestrado. Tenha certeza, professora Silva, que a coragem e propriedade a mais que tenho hoje para circular nos espaços de discussões sobre temas em educação e saúde indígena são frutos de seu incentivo, da maneira como mostrou a mim e a meus amigos Cosme e Prum a força e o potencial que temos para sermos agentes transformadores de mudanças e de fortalecimento de nossa identidade.

Agradeço, em especial, a minha mãe, Elza Karipuna, por todos os ensinamentos repassados durante toda minha vida e pela paciência com minha ausência ao ter que ficar longe para estudar. A conclusão deste mestrado é uma conquista de toda nossa família.

Agradecer ao meu pai (*in memoriam*) pelo “vá, você tem que ir pra Brasília, você precisa estar lá para começar o mestrado”, mesmo sendo no momento em que sua passagem espiritual já estava próxima. Nunca esquecerei esta fala, a qual sempre me fortaleceu nas dificuldades durante o curso.

Agradecer aos queridos: Jonathan Morais, Sirlene Passold, Naiara Balderramas, Francineide dos Santos, Maira Tongu, Grace Kelly Monteiro, Maria Helena Araújo, Zonya Reyes, Melina Pantoja e tantas outras pessoas por todo afeto, incentivo e apoio.

## SUMÁRIO

1) Karipuna eu sou, primeiros passos.....	7
2) Quem fala aqui sou eu .....	8
2.1 - Karipuna eu sou: meu encanto, eu conto.....	8
3) Buscando orientação para meus relatos, por onde andei .....	11
4) De onde vêm os karipuna .....	13
5) Problemas enfrentados .....	16
6) Escola, escolhas para a vida.....	17
6.1 - Primeira vida escolar: ser o índio em escola de branco.....	19
7) Uma vida entre dois mundos .....	21
8) <b>A Formação no Ensino Superior:</b> <i>Momentos de silenciamento na caminhada e as dificuldades de reinserção em minha comunidade .....</i>	23
9) <b>E como médico e professor:</b> <i>Entre racionalidades, práticas e saberes: Conflitos e impasses e as dificuldades em meu início de carreira.....</i>	27
10) <b>Estágio rural e indígena para estudantes de medicina:</b> <i>Construção, desconstrução e inversão de poder na academia.....</i>	30
11) <b>A inserção da saúde indígena nas escolas médicas do país: .....</b>	37
12) <b>Indígenas, ainda que não queiram, seguimos! .....</b>	38
13) <b>Desafio: Organização das Nações Unidas - ONU, Povos Indígenas e a Proteção de Direitos Humanos .....</b>	41
14) <b>Bibliografia:.....</b>	49

## 1) Karipuna eu sou, primeiros passos

Sou Karipuna, indígena médico e professor da Universidade Federal do Amapá/Unifap no curso de medicina. Hoje, uma das minhas maiores conquistas está sendo atuar no campo da saúde indígena, especialmente, na formação de jovens médicos. A partir da disciplina estágio rural e indígena, estou levando esses jovens não-indígenas ao encontro e aproximações com os povos indígenas, dentro de um território indígena, e isso está sendo transformador para muitos, principalmente para mim. Este trabalho pretende refletir sobre o caminho que percorri para estar neste local, não irei falar de mim, mas de um coletivo, o povo Karipuna e uma ancestralidade que ora me distanciei, ora me aproximei para conseguir sobreviver em um ambiente que não é do indígena, em espaços e temporalidades racistas, que não aceitariam um indígena indo bem na escola, passando em um concorrido vestibular para medicina na Universidade do Estado do Pará, fazendo concurso para professor na Unifap, conseguindo emprego como médico em vários locais, viajando para o exterior, enfim, fazendo tudo que é permitido a um branco, mas não a um indígena.

Meu vínculo com essa ancestralidade está na linha das mulheres Karipuna, minha mãe, avós e segue criando raízes no território do meu povo. De ser filho de um casamento entre dois mundos, uma mulher Karipuna e um homem ribeirinho, esse contexto de encontro e traduções perpassou minha trajetória.

E alguns pontos dessas trajetórias serão visivelmente importantes: formação enquanto estudante de medicina; trabalho como docente na universidade; a saúde indígena; espaços institucionais de discussão sobre os povos indígenas; reflexões sobre os espaços em que um indígena pode ou não circular e que nas “opiniões respeitadas” percebe-se o quão o indígena não é bem quisto e visto em espaços outrora destinados ao homem branco. Lembrei do que escreveu Gersem Baniwa (2015) sobre a parceria com determinados antropólogos e amplio aqui para outros profissionais, mas que, quando o indígena passa a estar ao lado, como professor, frequentando determinados espaços, isso incomoda, estamos em um campo racista e que não nos quer.

Para começar esta jornada, nesta escrita, preciso me apresentar.

## 2) Quem fala aqui sou eu

### 2.1 - Karipuna eu sou: meu encanto, eu conto.

Vou contar para você uma história, de um mundo que me encantou nas matas do Rio Uaçá, encantou-me o gosto pelas coisas da floresta ao entusiasmo pela descoberta das primeiras palavras.

Vim de lá do Oiapoque, norte do país, de onde se falava que “começava o Brasil”, se começava ou começa, para mim o que importa é que lá ainda se começam muitos sentimentos de união, solidariedade, partilha, dentre tantos outros, os quais só quem sabe sentir a energia invisível da natureza entende a linguagem que muitas vezes não precisa de palavras para ser traduzida, apenas de alguns poucos gestos, e se conectar com a natureza e com toda sua espiritualidade.

Pensar no que vivi até chegar à Brasília, para fazer o mestrado, logo me toca os primeiros sons de minha aldeia. As histórias contadas por minha mãe, a onça que nadou atrás dela, os festejos vividos em nossa aldeia Manga são lembranças vivas que me marcam. Recordo-me do canto dos pássaros, do correr do igarapé, do canto da tia Filó nas noites de “encanto” aos sábados em sua casa, quando os guias da floresta pediam sua reverência e nós, pequenos guerreiros e curiosos, procurávamos o melhor lugar na “brecha” da parede para espiar aquele ritual que só os adultos podiam participar, pois a energia de uma criança era tão forte que poderia se misturar e aí dava confusão, segundo os mais velhos, “melhor assim criança”.

O canto compassado do Turé, o vermelho do *calembê*, as conversas em *Khéole*, as marcas, não da vida, mas de jenipapo e que têm significados para a vida, coisas que me embalaram o amor pela vida simples do que é ser índio karipuna. Mas que também deram o impulso por querer relatar toda a poesia envolta neste ambiente que sei descrever cada caminho, cada pedaço de mata, cada curso de igarapé, bem como tudo aquilo que saiu do devido lugar, mas que a natureza assim por alguma razão colocara.

Confesso! E que minha trajetória acadêmica não me ouça, confesso que para mim, ter ido para a cidade continuar meus estudos, o que me trouxe muitos dias de lágrimas, choro de saudade por ter que me afastar daquilo que para mim era o imprescindível, lembro que queria apenas viver naquele meu território que me trazia e me faz ser karipuna. Ainda assim, aqueles que me ensinaram os primeiros passos, também me conduziram à segurança para estender esses passos, cada um do seu jeito simples, mas com toda a sabedoria inexplicável que os pais podem ter.



Abençoada escola pública, a qual apesar de não trazer as discussões para a minha vida indígena, trouxe-me os ensinamentos necessários para que eu compreendesse que existem diversidades de culturas, educações, atores, cenários, enredos, fez-me querer ser o sujeito protagonista de minha história. Assim como ler Paulo Freire nos faz querer ser, levando-me à cidade, a ser médico pela Universidade do Estado do Pará, a ser professor de um curso de medicina pela Universidade Federal do Amapá, a ser um indígena especialista em Saúde Indígena pela Universidade Federal de São Paulo, a buscar ser um mestre em Desenvolvimento Sustentável em Povos e Terras Tradicionais na Universidade de Brasília, fizeram-me voar até do outro lado do “grande rio”. E fui lá, onde falam outras línguas, nas “Organizações das Nações são Unidas”, levando-me até mesmo a caminhos que nem eu sei aonde podem me levar, a me estimular por querer remar a tantos quantos braços de rios e igarapés pela vida afora forem possíveis, na vasta beleza e infinitude que descobri ser o conhecimento.

Por todos esses locais, a minha vinculação com a espiritualidade Karipuna se manteve e, devo dizer que essa está na figura das mulheres desse local. O protagonismo feminino é algo que é muito bem marcado em minha vida na aldeia, cresci vendo as mulheres da família - tias, avós - parentes sendo como a força que movimentava a aldeia. Desde criança, por mais que meu pai, de família de pescadores e ribeirinho da região, exercesse importante papel em minha educação, minha ligação com o território karipuna e com as rezas, com os banhos, com a natureza, com as histórias do universo karipuna, isso tudo foi construído de maneira muito forte, que gerou uma ligação espiritual com a aldeia, aconteceu a partir dos cuidados espirituais que minha mãe me conduziu. Lembro claramente que quando ia para o igarapé não tinha mais vontade de voltar, o encanto pelo silêncio, o outro mundo que aquilo tudo me proporcionava, era a conexão que eu estabeleci com a natureza desde pequeno. E quando chegava a noite, ninguém na aldeia conseguia dormir, pois eu voltava do igarapé trazendo todos os encantados junto comigo, os peixes, os camarões, criaturas e seres que naquela época aproveitavam para me acompanhar e eu nem sabia do que se tratavam, mas, hoje, creio, em minha espiritualidade, que esses me acompanham por onde caminho. Essa relação se dá a partir das relações que tenho, com os animais, com a floresta, com o rio, para qualquer lugar que seja, estando pronto e purificado para estar junto com eles, é a calma e orientação que me guiam.

Pensar no que me trouxe até aqui, até a escrita desta dissertação de mestrado, até com você, caro amigo leitor, caro parente, caro amigo quilombola, até me faz perder as palavras, aperta-me o peito envolto a toda a emoção que sinto por ter tido a iluminada oportunidade de viver esta preciosa jornada. E a cada desafio diário, renova-se a energia para seguir a luta que um bom guerreiro pode travar. E acredite, existe um guerreiro dentro de você também, dono de sua história,

na qual a ancestralidade guia, impera, com toda sua espiritualidade, a qual fortalece e orienta, desde que você aceite que ela é parte de você.

**Festa do Côtí – Ritual realizado pelos jovens karipuna. Aldeia Manga.**



**Foto:** Alceu Karipuna, 2016.

### **3) Buscando orientação para meus relatos, por onde andei**

Minha pesquisa se iniciou com as provocações a partir de minha inserção no Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais - MESPT, disciplina após disciplina, uma total mudança em relação ao projeto inicial da época da seleção para o ingresso no mestrado. Nesse projeto inicial, eu me propunha a realizar um trabalho de pesquisa-ação tendo como produto final uma planilha estatística para compor mais algum banco de dados científico, aprovado em alguma revista de periódicos. Diante da formação acadêmica a qual tive, no curso de medicina, pensava em ciência vinculado ao estrito segmento às regras de manuais de metodologias que não me permitiam sequer pensar em outra modalidade de escrita, quanto mais em uma etnografia, eu estava engessado à formalidade da escrita, dos métodos que enfatizavam uma separação entre o sujeito/pesquisador e o objeto a ser pesquisado. Tudo isso tão distante dos processos formativos dos karipuna.

Mas, vivi uma desconstrução durante minhas orientações de escrita pela professora e antropóloga Silvia Guimarães e complementadas durante a qualificação de meu projeto pelas professoras Caroline Lopes e Cristiane Portela. Fora convidado a mergulhar em minha trajetória de vida pessoal e profissional e através dessa, refletir como essas experiências fortaleceram e construíram minha identidade karipuna.

A partir dessa interação, compreendi que o produto que buscava através de minha dissertação era algo que fosse além de uma análise tipicamente científica, mas sim que oferecesse um relato de experiências a serem compartilhadas com outros indígenas, ou mesmo com aqueles que se interessassem em compreender um pouco mais o processo que é um indígena vivenciar fora de seu território de origem para buscar uma formação em educação que o permita ter inserção em espaços de decisões estratégicas, os quais discutam a questão indígena considerando o olhar do parente, seja na universidade ou em espaços da saúde que são acessados pelos indígenas quando assim os necessitam acessar. Viver em um espaço que é branco e não indígena

Desde o início de minha trajetória no MESPT até hoje, tive o apoio das lideranças de minha aldeia Manga, os senhores Luciano dos Santos (cacique), Rodilton Felipe da Paixão (vice cacique), Josinei Aniká dos Santos (membro do conselho indígena), José Elito dos Santos (membro do conselho indígena), os quais representam as discussões, apoios e decisões da comunidade. Essas participaram da construção desse trabalho e, principalmente, da minha identidade como Karipuna.

Ao ser orientado a caminhar no campo da etnografia, encontrei a justificativa ideal que precisava para realizar este trabalho, pois, a pesquisa etnográfica aparecia nos escritos no

campo da saúde como um método qualitativo que estava voltado à valorização do ponto de vista dos das pessoas (Gomes et al., 1999). Assim, a etnografia é um dos olhares da pesquisa qualitativa que assume particular relevância neste quadro de referência da vida, das experiências, das perspectivas e dos sentidos dos sujeitos (PAES E CAPRARA, 2008).

Era justamente esse enfoque que eu procurava, pois a pesquisa etnográfica valoriza a concepção indígena de saúde, na medida em que possibilita a descrição de um sistema de significados culturais e com a possibilidade de não emitir juízo de valor, quando apresenta o lugar de fala do pesquisador. Não sou antropólogo e não consigo ter a profundidade dos problemas que a disciplina pode ter como relatou Gersem Baniwa (2015), mas encontrei nela as ferramentas e técnicas para seguir na minha canoa em busca dessa narrativa que apresento aqui. A Antropologia pode ter tido origem no mundo dos brancos, mas estamos aqui para subvertê-la e fazer dela indígena, me aproprio sem medo, assim como me apropriei da medicina e da docência.

Então essa abordagem me permitiu observar e descrever o que pretendia com este trabalho, ou seja, o meu encontro e desencontro com o mundo educacional, formativo e científico dos brancos, destacando as concepções referentes ao contextual, sem desconectá-lo do seu meio. Estava diante de uma forma de investigação social que me apresentava a reprodução dinâmica de representações e práticas culturais que vivi, mas como uma construção, a partir do olhar reflexivo onde o pesquisador exerce o papel subjetivo de participante e o papel objetivo de observador (CLIFFORD, 1998; LÜDKE e ANDRÉ, 1986; WILSON, 1977). Daí, sua grande importância neste estudo no sentido de compreender as vivências e reflexões sobre a trajetória de vida deste karipuna. E é uma auto-etnografia, ao mesmo tempo que uma etnografia com os meus parentes, busco refletir sobre a minha trajetória a partir das reflexões que teci nas conversas com muitos.

Procurei ter diálogos com aquelas pessoas da aldeia que pudessem me relatar um pouco mais da memória e trajetória de meu povo, das caminhadas anteriores até a chegada de minha família ao território que hoje compreende nossa aldeia, conversei com pessoas importantes da comunidade: parteiras; minha avó que é anciã mais velha com 98 anos de vida; uma tia que ainda hoje realiza muitas curas através das plantas; um enfermeiro que está desde muito tempo acompanhando a história de nossa comunidade, por cerca de 70 anos pela região; o cacique da aldeia Manga; bem como tantos parentes indígenas que fizeram parte dessa grande roda de conversa por todo o território indígena por onde andei.

Até em meados de agosto de 2017, estava em atividades com meus alunos na Terra Indígena Uaçá, navegamos por muitas histórias de vida indígena, para além da fronteira de onde vivi, da aldeia Manga. Realizamos diversas atividades em comunidades próximas, mas que precisávamos nos deslocar através dos rios. E todas essas experiências, identificações recíprocas,

sem dúvida alguma, me mostraram o quanto sou um indígena, um karipuna, que é visto e reconhecido com satisfação por todos os parentes que, tanto na cidade quanto na aldeia, procuram um gesto de cuidado a mais, uma atenção de um cuidado de saúde de alguém que é médico, como eu e que trabalha na cidade, mas que tem em seu povo a identificação e reconhecimento de quem faz parte deste território, de quem tem no vínculo cultivado a partir das tradições e práticas que vivenciara durante sua infância até hoje. Assim, fiz esta pesquisa também em momentos de trabalho, levando estudantes não-indígenas para a minha terra onde lá, ensinava para eles a ser médico em um contexto indígena. Generosamente, meu povo abriu o seu território para contribuir com a formação desses jovens médicos, na dádiva da troca, penso o que meu povo espera com isso, o que cada um dos Karipuna espera.

#### 4) De onde vêm os karipuna

No extremo norte do país, no Estado do Amapá, encontra-se o município de Oiapoque, no qual estão situadas diversas etnias e aldeias que compreendem a TI Uaçá, dentre elas, as aldeias que representam o povo indígena karipuna do Amapá. Ao longo da rodovia BR-156 até o km 70, a partir do município de Oiapoque, estão localizadas as aldeias Piquiá, Kariá, Estrela e a Aldeia Manga, a qual está situada há cerca de 15 km do município de Oiapoque.

**Mapa mostrando o Amapá e seus limites fronteiriços**



**Fonte:** Vitor Gabriel, Portal Amazônia.

A Aldeia Manga é uma localidade que representa a passagem para outras aldeias. Essas estão localizadas ao longo do Rio Curipi e seguem através de rios e igarapés adentro a ocupar a Terra Indígena Uaçá, demarcada e homologada através do Decreto nº 298 de 29 de outubro de 1991.

Os karipuna fazem parte do complexo de povos indígenas da região do baixo rio Oiapoque, que estão inseridos em redes amplas de intercâmbio, que englobam famílias indígenas e não-indígenas estabelecidas em aldeias e cidades vizinhas, no Brasil e na Guiana Francesa. Apesar de tratar-se de uma sociedade com fronteiras pouco precisas, fluidas e indefinidas, dados os constantes intercâmbios, intercasamentos e realocações das famílias, os Karipuna utilizam a expressão “nosso sistema” para definir um conjunto de práticas, conhecimentos e crenças que consideram próprias, englobando conhecimentos xamanísticos e católicos (PIB SÓCIOAMBIENTAL, 2006).

As famílias Karipuna do Amapá formavam uma população de aproximadamente 2.685 pessoas, sendo 1.417 homens e 1.268 mulheres, segundo dados do SIASI/SESAI/MS (2013), residentes como disse anteriormente nas margens do rio Curipi, afluente do rio Uaçá, no norte do estado do Amapá. Trata-se da região do baixo rio Oiapoque, nas proximidades do Cabo Orange, área de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

O tamanho e a composição das aldeias Karipuna variam enormemente. De todas, poucas não estão às margens do rio Curupi: encontram-se ao longo da BR-156 ou no rio Oiapoque, e também no Igarapé Juminã. Dessas aldeias, só não estão às margens do rio Curupi a Piquiá, Curipi, Kariá e Estrela, que ficam ao longo da BR-156; além de Aribamba, no rio Oiapoque, e Kunanã, no Igarapé Juminã (PIB SÓCIOAMBIENTAL, 2006). Assim, é possível compreender um pouco melhor o contexto em que minha comunidade Manga está inserida, bem como seu papel de protagonista na representação política de outras aldeias.

**Festa do Côtí – Jovens karipuna com pinturas corporais feitas representando as marcas do povo karipuna.**



**Fonte:** Alceu Karipuna, 2016.

## 5) Problemas enfrentados

Nas aldeias karipuna ao longo da BR-156, com grande proximidade com o meio urbano, percebem-se importantes problemas sociais, culturais e ambientais: a carência e desvalorização dos especialistas tradicionais; cuidados inadequados com a água para consumo; rituais tradicionais sendo realizados somente em momentos pontuais durante o ano; o aumento no consumo de produtos industrializados comprados no município de Oiapoque, conseqüentemente, o aumento na produção de resíduos sólidos e manejo inadequado. Esses são fatores de grande impacto na promoção da saúde, implicando diretamente no processo de adoecimento e comprometimento das condições de vida adequadas para as gerações atuais e futuras. Soma-se a isso o distanciamento que observo dos jovens com relação aos saberes dos mais velhos.

Nos últimos 10 anos, em virtude de melhorias de pavimentações nas rodovias e no acesso à cidade, os karipuna passaram a se deslocar com maior facilidade pelo território e para as cidades. Para se ter uma ideia, anteriormente os indígenas só se dirigiam ao município de Oiapoque para comercializarem ou trocarem seus produtos agrícolas somente duas vezes na semana, às segundas e sextas-feiras, quando o caminhão da comunidade levava os indígenas por volta das 7 horas da manhã e retornava em torno das 18 horas. Claro que, em caso de alguma urgência e emergência em saúde, havia deslocamentos, e a dificuldade enfrentada era a mesma. Mas, isso fazia com que a comunidade se autocuidava com o que era oferecido pela natureza, em último caso não havia deslocamentos para a cidade. Tudo está mudando e como está mudando é uma grande questão. Não estou falando que devemos nos isolar, sou um exemplo oposto disso, mas saber como viver essa aproximação.

Ao longo do tempo, observam-se diversas transformações em relação às práticas de cuidado que os karipuna realizam, práticas tradicionais sendo deixadas de lados, a experiência e saber milenar de especialistas da comunidade, como parteiras, raizeiros, pajés, rituais de cuidados com o corpo e com o espírito simplesmente vão se perdendo juntamente com aqueles conhecedores que vão morrendo. A partir do meu trabalho pela Universidade junto à aldeia Manga, tenho conversado bastante com os agentes indígenas de saúde no intuito de se verificar qual a percepção e orientação que eles têm da importância dos cuidados tradicionais na comunidade, bem como de reconhecerem seu papel importante na busca dos cuidados tradicionais também. Eles me relataram que compreendem o papel importante que eles têm no sentido de orientar a comunidade e mesmo fazerem seus rituais de autocuidado, ainda que se disponha de outras maneiras de cuidados com o corpo.

Querer que os indígenas não procurem o atendimento da medicina ocidental, é



negar o direito à saúde conquistado pelos povos indígenas. Mas deixar de lado os cuidados tradicionais, as noções de corpo e espírito karipuna, até que não existam mais indígenas dispostos a cultivar as heranças karipuna, é matar lentamente meu povo. Foi este sistema tradicional de saúde karipuna que possibilitou, ao longo dos processos migratórios que este povo viveu, sobreviver e às adversidades de todos os tipos.

Esses problemas enfrentados no campo da saúde revelam caminhos tortuosos na relação com o branco e na efetivação de políticas de saúde que são o resultado de conquistas dos povos indígenas. A questão é como se efetivam essas políticas? É preciso problematizar como as políticas e tecnologias em saúde chegam à comunidade e é questionar de que maneira a intermedicalidade é compreendida pelos velhos e novos atores desse encontro entre sistemas de saúde.

Penso que as transformações recentes sofridas pela maior integração aldeia-cidade não requer uma destituição de heranças culturais, mas sim uma releitura diante de processos que inevitavelmente são submetidos. É importante haver uma conscientização da importância do papel que cada indivíduo exerce no sistema tradicional de saúde karipuna. Perceber, por exemplo, que a mulher karipuna exerce um papel importante no seio das relações interpessoais na comunidade, a qual é uma mantenedora de uma ordem, com posicionamentos bem fortes e distintos na comunidade, seja na condução do trabalho braçal na roça, nos cuidados com o corpo ou mesmo nos processos de assistência aos indivíduos doentes, é vislumbrar que diversos são os atores envolvidos nesse processo de sustentabilidade e saúde.

## **6) Escola, escolhas para a vida**

Alceu, o que você quer ser quando crescer? Esta pergunta durante longos anos sempre me fez viajar sobre os mundos que aos poucos conhecia através da educação, nos desejos de meus colegas não-indígenas, os quais queriam ser advogado, policial, juiz, bombeiro, aviador, carpinteiro, pescador, ficava imaginando como eu seria grande em cada profissão, mas acredite, em meados dos meus seis anos de idade eu já me via em um trabalho em que agregasse pessoas, coletivos, e eu sempre muito decidido falava com firmeza: eu quero ser professor quando eu crescer! E logo os questionamentos e comentários dos pais dos coleguinhas sobre minha tão verdadeira escolha surgiam: nossa! mas professor? Meu filho quer ser aviador, nunca professor! Lembro visivelmente ainda de minha mãe olhando sem entender muito o porquê de tais falas, no entanto, feliz por eu simplesmente querer estudar e aprender.

Meus referenciais de educação sempre foram meus pais, mas não pense que no sentido de estudos escolares, de formação educacional, do que é academicamente sinônimo de

sucesso, de graus variados de títulos, pois eles sequer tinham realizado “feitos” escolares. Meu pai não chegou a ir muito longe nos estudos por ter sido, desde adolescente, a substituição de figura paterna para seus irmãos, com todos os atributos e responsabilidades advindas com ela. E minha mãe com muito esforço, chegou até onde seus passos permitiram, longe de nossa aldeia, juntamente com meu pai, meus melhores educadores, meus melhores doutores. Meus pais são minhas referências, marcas em toda minha trajetória de vida e de trabalho. Minha inspiração vinda deles está em ensinar, em saber como compartilhar e conviver em comunidade e em família. Isso, para mim, sempre foi o que entendo como educação, pois foi e é importante para a vida, o que te torna um ser capaz de viver em qualquer ambiente que seja.

Minha formação em educação, como entendida no universo dos não-indígenas, se iniciou com a ida de minha mãe da aldeia para a sede do município de Oiapoque para começar seus estudos nesse método de educação. Como uma escolha, meu avô, o Sr. Henrique, cacique então da aldeia Manga, e ao que me recordo, de boas relações e amizades pela região, resolveu que duas de suas filhas iriam estudar no município de Oiapoque, trabalhando na casa do então prefeito Norberto Pennafort e, assim poderiam seguir adiante com seus estudos. Questionando minha mãe sobre o que pensava naquele momento, nem mesmo ela sabe dizer o que pensava a respeito, disse que meu avô simplesmente havia decidido que para alguns de seus filhos, estudar fora poderia melhorar suas vidas.

Esse momento, essa atitude teriam repercussões depois em quem eu seria, na minha trajetória. Recordo dos momentos em que eu fora desafiado no sentido de continuar ou não em minha formação estudantil, algo que sempre me recordava era isso, que minha vida era a continuidade de um processo, de uma educação que havia começado lá atrás, muito lá atrás. Não muito diferente, meu pai, nas minhas lembranças sempre muito vivas, não viveu essa formação educacional. No entanto, sempre o considerei mais perspicaz para os raciocínios a que era desafiado, muito mais que qualquer pessoa estudada. Meu pai vinha de uma realidade onde a população do município de Oiapoque interagiu fortemente com os costumes indígenas das aldeias próximas, em especial nossa aldeia. Casou com minha mãe e se manteve no trabalho preocupado com a manutenção e criação das *grandes famílias* do povo Karipuna. Assim, meu pai foi embalado por esta demanda, não foi muito longe em seus estudos, conseguindo chegar somente até a 4ª série do então ginásio.

Pode parecer incoerente, mas aceitação de minha mãe em ir estudar fora da aldeia e a realidade de meu pai em estudar muito pouco, somente até as séries iniciais por condições sociais ruins de sua família, sempre foram resgatadas em minha vida como a energia, o incentivo que ajudava a prosseguir na caminhada. Essa lembrança me empurrava, semelhante a quando nos

cansamos na subida de um rio, mas as lembranças das pessoas e dos encontros que vivermos nos faz persistir. Assim, segui, como quando temos que subir uma cachoeira para poder apreciar a beleza da caminhada lá de cima? Então, esse era o maior incentivo, de onde eu sabia que vinha. Sempre pensei que a verdadeira educação se baseava no que é importante para nós, no que coloca o aprendizado em um cenário prático real e melhora o ambiente das pessoas. Quando me perguntavam de que maneira meus pais me cobravam para que eu estudasse, eu sempre respondi decididamente: eles apenas não me exigiam, simplesmente me apoiavam em minhas escolhas, lembravam-me de onde tínhamos vindo e o que deveríamos aprender para viver a vida real e, isso fazia com que eu sentisse como deveria seguir.

### **6.1 – Primeira vida escolar: ser o índio em escola de branco**

Quando minha vida escolar se iniciou, eu, de uma maneira inexplicável já tinha facilidade muito grande para aprender qualquer coisa que fosse ensinada a mim, por volta dos cinco anos de idade já andava livre em minhas andanças pela aldeia, rio não era perigo, era arte, pois passar o dia todo lá pelos lados dos igarapés não era problema algum para mim, quanto mais aprender as primeiras palavras. Eu era um menino Karipuna. No mundo dos brancos, meu aprendizado nas primeiras séries foi de uma facilidade muito grande, e aconteceu conjuntamente com o ensinar por meus pais, o aprender por iniciativa própria mesmo, a leitura junto com o gosto de ouvir as histórias que minha avó contava e que eu repassa direitinho depois nos lugares por onde passava.

Neste período fomos morar em uma vila chamada Clevelândia do Norte, distante da cidade do Oiapoque cerca de 4 km e aproximadamente 25 km da aldeia Manga. Meu pai fora chamado a cumprir o serviço militar em uma companhia de fronteira do exército na divisa com a Guiana Francesa. E, neste lugar, foi onde minha formação escolar tradicional começou, mas também onde vivenciei muitos processos excludentes por sermos “os índios”, os quais hoje consigo visualizar claramente. Diversas famílias de militares eram transferidas para esta região para ficarem ali durante o período obrigatório do serviço militar até retornarem para seus lugares de origem. Muitas mulheres dessas famílias e algumas da própria região compunham em boa parte o corpo docente do colégio Duque de Caxias. Recordo-me bem que eram pessoas bem diferentes em suas peles alvas e brancas, olhos claros, jeitos de falar diferentes do povo nativo de nossa região, e comportamentos que acompanhavam nossas diferenças culturais. Muitas dessas famílias andavam com uma espécie de cabaça cheia de mato com água quente e um canudo grande que caracterizavam bastante a região de onde vinham, sul do país, pensava de início que poderiam ser

iguais às cabaças da aldeia que usávamos para carregar água para os afazeres em casa, descobriria mais tarde que era o chimarrão. Mas também em Clevelândia haviam pessoas diversas muito parecidas conosco, eram famílias nativas da região que em sua formação histórica tinham suas marcas dos colonos que primeiramente habitaram a região, certamente miscigenados com os povos indígenas que habitaram essa região, pois costumes e práticas semelhantes não faltavam. Porém, morávamos em uma área deslocada da vila militar, uma espécie de bairro para agregar famílias de menos poderes sociais.

Recordo-me que, no colégio, eu era visto como o menino índio, até mesmo pelo meu fenótipo e o qual se diferenciava bastante das demais crianças, cabelos lisos, pretos, olhos mais pretos ainda. Porém, neste período recordo-me que não percebia que as pessoas vissem que ser índio era algo ruim, talvez em minha inocência não percebesse isso, porém, lembro que ao se referirem a mim como índio, normalmente, eram em momentos de provocação, mas logo era associado também à presença de minha família que morava na aldeia Manga e na qual deixávamos claramente nossa origem. A associação de que tínhamos uma referência de família indígena e que estava muito próxima e que tinha um território definido nos deixava um pouco mais à vontade com o nosso “ser índio” pelo menos quando estávamos em nosso território. Nas primeiras séries escolares, diferentemente de todas as outras crianças não indígenas que eu convivía mais nesta época, tinha um grande fascínio pelas disciplinas de português e matemática, nas quais ao final do ano letivo meu desempenho na avaliação anual era de 100%. Língua portuguesa me deixava atraído porque me permitia ler e contar histórias, então, ler eu fazia com muita boa vontade. Já matemática me despertava interesse por eu poder compreender melhor aqueles pensamentos que as pessoas faziam para vender algo, contar frutas, falar quantidades, acompanhar as feiras com meus parentes quando se ia fazer no Oiapoque, eu me sentia um verdadeiro adulto compreendendo tudo aquilo e já me imaginando vender todas as frutas e farinhas trazidas da aldeia.

Algo que começou a me incomodar na 1ª série foi o fato de eu começar a ser diferenciado por habilidades que eu apresentara, nas aulas quando alguém era perguntado sobre alguma palavra ou frase, ou história, normalmente eu sabia de tudo. Até hoje me lembro da palavra CASACO, quando em alto e bom tom a professora perguntou quem sabia soletrar e ninguém soube responder até que eu assim dissera C-A-S-A-C-O. Tinha realmente uma facilidade muito grande para o aprendizado com as palavras, uma memória incrível, sabia contar histórias, ouvir, repetir, nomes das plantas, frutas, coisas que aprendera na aldeia com meus parentes e com isso, nos momentos de avaliação escrita ou oral eu era deixado para realizar as provas separadamente dos demais alunos, enquanto a turma toda ficava fazendo em sala de aula, eu era dispensado por alguns momentos para aguardar fora da sala de aula.

Era um momento que, no início, me agradava bastante, pois me permitia admirar toda a beleza daquela mata que minha escola tinha nos arredores e que até hoje continua tão verde em minhas lembranças as folhas de suas copas, aquelas árvores gigantes, as mangueiras, a jaqueira, a horta atrás da sala de aula, o rio em frente à escola. E depois desse passeio todo eu retornava à sala de aula, fazia minha prova e terminava até antes dos demais alunos. Notava que de alguma maneira aquilo que eu sabia me diferenciava dos demais alunos, não sabia definir se bem ou mal, não sabia dizer se era porque eu era o índio da turma.

Hoje eu me pergunto se não era “adequado” que um índio soubesse mais que os outros não-índios? Se, por isso eu era deslocado para outros ambientes quando o nível de conhecimento era posto à prova para que eu, índio lá da aldeia Manga, não demonstrasse ter mais facilidade para o aprendizado que as demais crianças não índias. E, entre tantas idas e vindas para aldeia, entre tantas histórias contadas do que você fez nas férias, eu relatava o que vivia na aldeia quando passávamos longos períodos por lá. Isso sempre me fascinou muito, pois pensava que nenhum dos meus colegas, professores, sabia como era boa a vida lá na aldeia, saber de coisas que os outros não haviam conhecido ainda me deixava orgulhoso do lugar que eu podia ir e vir e os outros não. Como vivíamos coisas tão diferentes, mas ao mesmo tempo tão semelhantes por estar em lugares em que a natureza era o melhor cenário para tudo o que despertava interesse. E o apego a este pensamento sempre guiou ao aprendizado, mesmo que o preconceito me deslocasse em outros momentos.

## **7) Uma vida entre dois mundos**

A vida de minha família sempre fora muito ligada ao nosso lugar de origem, ao nosso território, nossos dias nessa época se resumiam a uma felicidade em que não se precisava de muita coisa para sermos felizes, na qual circulávamos em dois mundos distintos, o de nossa família no distrito de Clevelândia do Norte e o da terra indígena na aldeia do Manga, quando normalmente em meados de outubro até fevereiro, período em que compreendiam as férias de nosso colégio ficávamos direto na aldeia, e nos demais períodos do ano íamos em períodos mais curtos, o outro mundo era o mundo da cidade, que compreendia Clevelândia, muito pacata e tranqüila, e a cidade de Oiapoque, repleta de pessoas diferentes, ligadas às “coisas modernas”, do que era muito atrativo de se ver. Oiapoque era um eldorado, uma cidade que atraía pelo brilho do ouro, pelo sabor da prostituição e dos sonhos da fronteira francesa, de um casamento com um gringo francês, por sonhos e riquezas que até hoje se confundem nas ilusões e certezas daqueles que foram e não voltaram mais de suas aventuras.

E era nesse meio que circulávamos, os índios das “bandas” do Manga, nesta época, em dias bem distintos, às segundas e sextas-feiras, dias em que em um caminhão daqueles tipo “pau de arara” do meu tio Edilson fazia uma viagem de ida e uma de volta para levar todas as pessoas da comunidade que tivessem alguma coisa pra vender na cidade de Oiapoque: frutas, hortaliças, farinha, artesanato, ou receber o dinheiro de suas aposentadorias de agricultores. Eram dias bem movimentados, dias em que se colocava a melhor vestimenta, usava-se o melhor extrato para se perfumar, e lá se ia passar o dia no Oiapoque. Ao final do dia, pais de família voltavam para aldeia com alguma “despesa” (gêneros alimentícios comprados após a venda de seus produtos agrícolas e artesanato) e a diversão e a sensação de dever cumprido de mais uma feira para os lados do Oiapoque.

Também, era muito comum ver alguns parentes indígenas que iam “fazer a feira” e voltavam com muito pouco ou até menos do que haviam levado, pois uma parte era deixada nos botecos dos becos de Oiapoque, nos quais o álcool levava boa parte da roça do mês, não muito diferente dos dias atuais. Porém, atualmente, o próprio alcoolismo se estende desde os adultos até os mais jovens que sem muitos direcionamentos já iniciam sua vida no álcool muito cedo, além do simples e tradicional *caxixi* (bebida tradicional feita a partir da fermentação da mandioca). Era assim, parecia uma alegria do início ao fim, sair da aldeia por volta das 6h da manhã em um caminhão que só não balançava mais porque o peso de tantas pessoas e produtos para serem comercializados dava o contrapeso necessário para chegarmos bem ao destino, e depois de um dia todo retornar para a aldeia cheios de histórias e atropelos de mais uma ida para o município de Oiapoque.

O plantar a roça, o colher a mandioca, o tecer aqueles paneiros para as mulheres da aldeia levarem até umas três vezes mais seus pesos nas costas, o ir para o igarapé deixar de molho a mandioca, o reunir as famílias para o convido da farinha (o fazer coletivamente a farinha), o comer o beijú como que uma recompensa, o levar aqueles tantos sacos de farinha nas costas, tudo isso fazia parte não somente daquele ritual de fazer a farinha, mas servia a meu ver para o fortalecimento do coletivo, da comunidade, além, reflito eu, do estreitamento das relações culturais que norteavam nossa aldeia e todos os indígenas que participavam daquele momento. Porém, passada a alegria, e peneirando o essencial ao viver da aldeia, surgia a preocupante realidade, dessa comunidade como tantas outras, que estava nas relações sociais, econômicas e culturais intensas com comunidades não-indígenas de maneira desordenada, a vulnerabilidade ao alcoolismo e outras drogas, a violência urbana presente contra mulheres e crianças indígenas que circulam pelas cidades e são vítimas daqueles que têm em seus preconceitos suas justificativas para atos violentos contra o indígena.

## **8) A Formação no Ensino Superior:**

*Momentos de silenciamento na caminhada e as dificuldades de reinserção em minha comunidade*

Lembro que um dos primeiros motivos de querer estudar medicina foi o desejo de poder ajudar meu povo, aquelas pessoas que eu cresci vendo carente de cuidados médicos e muitas vezes morrendo, quando os cuidados da medicina tradicional já não resolviam. Sempre tive uma curiosidade extremamente grande dentro da aldeia para o que pudesse de alguma maneira trazer alguma cura, queria saber para o que servia cada galho, folha, rabo de tatu, unguento, tantas banhas, tudo o que eu ouvia dizer que servia para alguma coisa eu guardava na memória e até hoje é como se eu tivesse um bulário da medicina tradicional karipuna em minha cabeça.

Meu período de formação na graduação foi um período muito intenso, na verdade uma continuidade de todo o esforço já vivido desde o vestibular, a universidade me trouxe perspectivas de muito conhecimento dentro da medicina, bem como todas as responsabilidades inerentes ao curso, a viver em outra cidade, a estar em um novo meio social e, diga-se de passagem, muito diferente do que eu vivera até então. A universidade na qual fiz minha graduação apresentava perfil elitista, e pelo que percebo até hoje, certa ausência de políticas sociais de inclusão. O próprio processo de seleção não apresentava, na época em que fui aprovado, nenhum tipo de cota racial ou de renda, seu vestibular era dividido em um processo seletivo (vestibular normal e outra metade com avaliação seriada) que abrangia uma prova de nível bem difícil, que em sua maioria era realizada por candidatas que há alguns anos tentavam aprovação nesse modelo de prova. A outra era o processo seletivo seriado, que em sua maioria aprovava alunos oriundos das melhores escolas particulares do Estado do Pará. Daí já se traçava o perfil mais determinante no curso da universidade, alunos com melhores condições sócio-econômicas, apesar de existirem alunos, em sua minoria, com perfis diferenciados. E foi neste mundo que eu, Alceu Karipuna, me inseri durante minha formação médica.

As reflexões que tenho sobre esse período, as lembranças que tenho sobre como expunha minha identidade indígena são bem marcadas por diversas situações vivenciadas em minha infância e adolescência escolar, na qual, o índio chegava ao novo ambiente de estudo e era mais uma vez questionado o porquê de estar fora da aldeia. Era isso que gostaria de resgatar naquele momento em que estava em um ambiente racista? E diante disso foram diversos os momentos em que eu preferi me silenciar e, em meu silêncio, não negar quando me chamavam de japonês, preferindo assim a terem que me reconhecer como o indígena que invadira um espaço que claramente não era para ele, que eu não deveria estar. Em meados do curso, eu passei a compartilhar com alguns amigos meu lugar de origem, pois, a partir daquele momento, eu me sentira seguro e mais fortalecido a não ter que passar por situações de preconceitos que eu já

vivera em minha vida por ser indígena. Estava me fortalecendo.

Quando a formatura estava prestes a chegar, diante de todas as dúvidas do que fazer, para onde ir, aquele desejo de outrora de retornar para o lugar que nasci, também viera junto outras possibilidades e questionamentos que acompanham os alunos ao se formarem. Poder concluir minha graduação em medicina na Universidade do Estado do Pará, para mim, seria finalmente o grande momento de retorno para meu lugar de origem e possibilidade de trabalhar com a saúde indígena, com meus parentes, com minha família. Mal sabia eu que aí começariam as primeiras dificuldades no sentido de me inserir neste campo de trabalho e principalmente dentro do sistema de saúde indígena.

Durante todo o tempo em que estudei em Belém, não cultivei nenhum vínculo com algum órgão ou departamento que apoiasse a educação superior voltada a indígenas, e não fora por falta de tentativas, desconhecia mesmo algum instrumento de apoio que existisse na época. Até cheguei a me inscrever para algumas bolsas de ajuda de custo junto a secretarias do Governo do Estado do Amapá que apoiassem grupos com alguma vulnerabilidade social, até mesmo naquelas que apoiassem também pessoas não indígenas, tudo em vão, o que sempre ouvia falar é que já teriam pessoas pré-definidas, talvez com perfis já previamente avaliados.

O sistema de apoio à educação superior para os indígenas era muito fragilizado, pois quase não existiam políticas de cotas, haviam discussões muito iniciais naquele momento. Hoje, visualizo importantes iniciativas que estavam em seu começo, como a da Universidade Federal do Amapá junto ao seu Campus Binacional no município de Oiapoque, principalmente em relação aos cursos de licenciatura intercultural indígena e outras licenciaturas. Também, algumas iniciativas de apoio a manutenção de estudantes indígenas de graduação na Universidade Federal do Pará, além da política de cotas para o acesso anual de alunos indígenas na universidade. Recordo que dois anos após meu ingresso na Universidade do Estado do Pará, no ano de 2007, a UFPa iniciou sua reserva de cotas para alunos indígenas, dispondo de duas vagas em cada curso de graduação.

Depender de políticas de apoio para a manutenção de estudantes indígenas na universidade sempre foram políticas extremamente fragilizadas, e para mim um apoio que me faltou, e imagino ter faltado a tantos quantos se propunham ao desafio de fazer uma graduação naquela época. Com toda certeza, penso que teria tido menos dificuldades em minha formação acadêmica, ao longo do curso de medicina, se tivesse tido apoio financeiro para despesas básicas para meu aprendizado. Se tenho condições favoráveis de aprendizado, eu aprendo e, assim, tenho um desempenho satisfatório. Penso no que ficou pelo caminho diante das dificuldades que vivi.

Isto ficou bem marcado em diversos momentos. Recordo um deles que se passou no



período de uma disciplina, por volta da 2ª série do curso de medicina. Neste período, tínhamos que fazer duas avaliações teóricas, cada uma valia 5 pontos, tínhamos que tirar uma nota mínima de 8 pontos para sermos aprovados direto, caso contrário tínhamos que tirar uma média até no mínimo 5 para podermos fazer uma prova de recuperação. Como eu já tinha ouvido falar que era um módulo difícil, eu me empenhei bastante em estudar, fiquei recluso em casa, fazia algum lanche nos momentos em que o corpo pedia, e esqueci totalmente o restante da vida lá fora e tarefas da vida diária (cozinhar, lavar e passar roupa, limpar a casa, pagar as contas), as quais eu sabia fazer muito bem, já ensinado por meus pais desde muito pequeno antes de ir morar fora, ou então deixar que alguém faria por mim, como acontecia com meus colegas, mas não, era eu mesmo quem tinha que fazer. Certa vez ao ser convidado por alguns colegas para um momento de lazer após as aulas, eu respondi que não poderia, pois teria que fazer as coisas em casa, lembro-me que um dos colegas sorriu e falou que não acreditava, eu respondi que sim, que era eu que fazia minhas coisas, que não tinha ninguém por mim que fizesse, que para eu ter roupa limpa, um lugar adequado para dormir, comida para me alimentar, eu teria que inclusive naquele momento ir para casa cortar um frango e deixar preparado para a semana que viria.

Após algum tempo de preparação fiz a prova e ao receber o resultado fiquei muito satisfeito, mas também bastante surpreso, apenas eu e mais dois colegas havíamos tirado a nota máxima, enquanto a turma apresentou muita dificuldade evidenciada pelas notas obtidas. No entanto, após receber o resultado, deparei-me como as coisas estavam pendentes no lugar onde eu morava, tudo às avessas, conta atrasada e quase nada de dinheiro para as despesas básicas, então eu tive que pôr as coisas em ordem, e nesse intervalo de tempo perdi um tempo precioso para minha preparação para a segunda avaliação, como diversas vezes isso teve que se repetir durante meu curso, e para minha surpresa eu acabei tirando a nota mínima para poder fazer a recuperação, ou seja, quase não me enquadrava nem pra fazer a recuperação. Confesso, que este momento ficou bem marcado em minha graduação, sempre pensava, abro mão das coisas que preciso de suporte para estudar mais tranquilamente e tirar boas notas, faço as coisas e diminuo as chances de um bom desempenho nas avaliações, ou tento balancear e na incerteza aguardar ansiosamente meu desempenho? Essas decisões faziam parte das minhas preocupações e me deixavam angustiado.

Ter tido esse distanciamento institucional não proposital de entidades que tratassem dos assuntos indígenas fez com que eu ao voltar formado não tivesse uma orientação a respeito de como trabalhar na saúde indígena, mesmo de ter pessoas referências que pudessem me deixar mais à vontade no sentido de fazer parte do sistema em saúde. Não falo aqui de família, de comunidade, pois esta relação sempre se manteve muito forte, muito bem reconhecida, refiro me mesmo a norteamento sobre como se inserir na saúde indígena. Não houve nenhum tipo de discussão na

minha graduação sobre saúde indígena, nada.

Quando eu me vi formado, pensei: sou indígena, karipuna, médico, deve ser mais fácil para mim conseguir um trabalho e ir para meu lugar de origem trabalhar com meus parentes e colocar em prática um dos grandes motivos de escolha pela medicina: fazer algo na saúde pelo meu povo. Neste momento, as portas estavam fechadas, e não por falta de vontade de meus familiares em que eu trabalhasse com eles, mas por carência mesmo de oportunidades de contratos, concursos, indicações políticas eu acabei não me fixando ao trabalho em minha terra. Fui para o Rio de Janeiro fazer prova de residência médica como todo mundo fazia e ir enfrentar o eixo Rio-São Paulo para me especializar. Nessa minha ida, foi quando surgiram trabalhos na saúde comunitária no Rio de Janeiro, no entanto, prestes a começar a trabalhar, muito inquieto eu me questionava os motivos que me levaram a cursar medicina, minha terra, meu lugar, meu povo, mas também vinha à cabeça a falta de oportunidade que eu havia me deparado.

Mesmo diante disso, eu decidi retornar e em uma reflexão que até hoje me recordo: passei tanto tempo longe de minha família, de meu lugar de origem, que é minha raiz, que é minha essência, que me impulsionou a estudar, e agora ficarei mais tempo longe ainda? Não, eu preciso não sei o porquê voltar. E então, eu voltei feliz da vida para meu Oiapoque, onde tinha tudo o que eu mais gostava, a natureza, a família, a aldeia, o rio, as rezas, as lembranças, uma energia que as pessoas desconhecem, tinha o sentido para minha paz.

Neste período, eu fiz um concurso público federal para perito médico do INSS com uma única vaga para o estado exatamente para ser lotado no município de Oiapoque e não com surpresas eu fui aprovado em 1º lugar. Na alegria de agora poder retornar e retomar meu lugar de origem eu fui nomeado e comecei a trabalhar na previdência social. Defino este como um período de grande crescimento pessoal, de ganhos, do saber lidar com pessoas, do saber tomar decisões importantes, do ser independente e decidido no que você tem como meta de vida pessoal e profissional.

Mas, ao longo do trabalho no INSS, benefícios profissionais, no período de um ano em que fiquei na previdência social, eu tive poucos. Deparei-me com uma instituição de característica mentalidade tradicional de serviço público, as pessoas que trabalhavam ali, pensavam naquele local de emprego público como de estabilidade definitiva que todo mundo almeja e pronto. A imutabilidade de crescimento profissional se refletiu nos momentos em que eu solicitei realizar atividades de especialização profissional e foram-me negados, sem muitas justificativas, bem como em não vislumbrar possibilidades de trabalhos com as comunidades indígenas que efetivamente pudessem dialogar meu aprendizado acadêmico com o tradicional. Claro que isso não se tornou um empecilho para eu continuar lutando por minha inserção na saúde

indígena, pedi exoneração, incentivado também por outros motivos de saúde em família, marcando assim profundamente minha trajetória profissional e minhas relações com minha comunidade. Confesso que essa escolha de pedir a exoneração ia contra os ideias de meus colegas não indígenas recém-formados, mas me marcou muito positivamente, pois evidenciou em mim algo que até hoje é presente em minha vida, em minhas decisões: meus ideais, a razão de meu trabalho, de meus projetos devem dialogar com meu bem estar pessoal e profissional, caso contrário, não estando em sintonias, demonstram o caminho a não continuar seguindo. E esse bem estar profissional e pessoal estão vinculados a minha espiritualidade indígena. Esse pessoal é um coletivo.

Parecia um passo atrás, no entanto, para mim, foram passos muito firmes, que me conduziram até a Universidade Federal do Amapá, ao curso de medicina, na capital, mas desta vez na qualidade de docente, e que mesmo sendo na capital seria exatamente a ponte para minha comunidade, para a educação, para a saúde, para o sensibilizar profissionais e mais que isso, com minha família karipuna. Ser aprovado mais uma vez em 1º lugar em um concurso público federal novamente me trouxe a reflexão de como um indígena, de uma região tão depreciada historicamente poderia refletir na educação de outros jovens que assim resolvessem se empenhar na busca de uma formação em um ensino superior.

#### **9) E como médico e professor:**

*Entre racionalidades, práticas e saberes: Conflitos e impasses*

Pensar no papel do médico, diante do que a academia nos propõe, é pensar na validação através dos estudos científicos, comprovados por teorias, avaliações estatísticas, dentro de tudo o que “comprovadamente dá suporte e certeza para os diagnósticos e tratamentos propostos”. Era nesse mundo que a partir de meu ingresso na Universidade do Estado do Pará eu estava inserido e o qual me traria muito aprendizado, indagações, transformações, mas também fortalecimento dentro de um conceito de racionalidades e de todas as práticas e saberes aos quais eu fora criado.

Estar na universidade enquanto estudante de graduação me evidenciou a grande diferença que nossos conhecimentos tradicionais, empíricos têm em relação aos que passaram por um estudo de cunho científico, no que se refere a uma maior autenticidade. Diversos questionamentos nesse período também surgiram, será que o que fazemos na aldeia é errado? Será que os cuidados com a saúde que aprendi desde pequeno, as curadas de garganta, os chás para tudo, as rezas, os óleos, os banhos não valerão mais de nada após eu me formar como médico?

Quando eu voltar terei que deixar tudo isso de lado?

Em meu período de formação acadêmica na graduação, o reconhecimento de minha origem indígena, e muito mais dos valores karipuna, dos rituais, dos meios de proteção e renovação espiritual me fortaleceram sempre na memória de tudo aquilo que compunha nossa cultura, mas permaneciam comigo num silenciamento de tudo o que compunha minha trajetória de vida até então. Recordo que poucas foram as pessoas com as quais eu compartilhei mais intimamente minha vida na aldeia. Apesar do silenciamento de minha identidade neste período, no sentido de não compartilhar com a maioria das pessoas que eu convivia nesta fase de minha vida na universidade e em Belém, tudo o que era importante para minha conexão com meu povo, minha família, a natureza, meu equilíbrio, eu sempre cultivava em meus momentos individuais. E tenho a certeza que isso fez com que eu guardasse todos os cuidados com o corpo e com o espírito, mesmo diante de todas as indagações e refutações da ciência a que eu era submetido cotidianamente nesse momento.

O poder de “nossa medicina karipuna”, aqui me refiro aos cuidados com o corpo que levam aos cuidados com a saúde, sempre fora presenciado por mim durante todo o meu convívio com meus parentes karipuna, de um simples mal estar, um passamento, um mal olhado, um quebranto, uma mulher “seca”, um parto complicado até mesmo uma morte, para tudo havia o que se fazer.

Uma lembrança que me marcou muito se passou quando eu tinha seis anos de idade. As famílias karipuna sempre foram muito numerosas, cada casal tinha normalmente em torno de oito a dez filhos, os quais mantinham um ambiente familiar alegre e movimentado. No período em que uma mulher ia dar à luz, uma das primeiras pessoas a ser chamada era a parteira, não sei porquê isso se dava sempre após o entardecer, na madrugada já se ouvia o choro, e pela manhã todos já sabiam que tinha criança nova na aldeia. Os mais velhos diziam: é coisa da natureza, da lua cheia, quando chega o tempo dela, ela vem com toda a força e aí não tem jeito mesmo. Sabiam dos sinais do corpo das mulheres, quando se aproximava o parto ou até mesmo quando se podia esperar coisa ruim.

Justamente em um desses momentos que se podia esperar por um parto ruim, presenciei todo aquele movimento naquela madrugada difícil, este episódio me acompanharia até a universidade em um momento de reflexão sobre os saberes tradicionais e sua relação com a medicina científica. Uma parente karipuna, a mais jovem da família, nunca tinha engravidado até então, para os moldes mais comuns após o casamento, demorou além do normal para que ela ficasse gestante. Nessa época, realizar o pré-natal como se faz hoje passava muito distante de nossa aldeia, quem fazia mesmo a preparação eram as mulheres mais velhas e as parteiras que

orientavam bons ou maus sinais e os resguardos que deveriam ser feitos. Lembro algo que era sempre muito recomendada a essa parente era a amizade estreita que ela tinha com uma guariba, uma espécie de macaco de nossa região, ela não largava para nada, e sempre vinha alguém recomendar: larga esse macaco, mulher barriguda não deve ficar assim de amizade com bicho. Pois, segundo a crença, o filho poderia nascer parecido com o bicho que a mulher tivesse apego naquele período de gestação.

E assim segui a gestação até aquela noite do parto, uma agonia só, tira as crianças do quarto, correria daqui, correria para lá, chama a parteira, a preocupação era tanta que até haviam se esquecido que minha avó também fazia parto. Lembro que ouvi gemidos, palavras de consolo, incentivo, um entra e sai do quarto, e correndo madrugada à fora, até que todo aquele alvoroço no quarto foi substituído por um gemido que parecia mesmo de um animal e após isso um silêncio aflito, seguido de uma calma e de rostos consternados, havia nascido o bebê. Em meio àquela correria, só neste momento eu e os outros menores que acompanhavam aquilo tudo fomos percebidos e colocados para dormir.

Pela manhã, muitas pessoas da aldeia já estavam na porta da casa de minha avó para saber o que tinha acontecido, pois a notícia de que algo não havia corrido bem durante aquela noite já tinha se espalhado. É, não de uma maneira punitiva como sempre fora avisado, o bebê de nossa parente nascera com diversas deformidades, com aspecto diferente do que se espera para um recém nascido, era bem pequeno, as mãos pareciam não ter dedos, mas algumas projeções que se assemelhavam a tais, a pele era fina e de aspecto escaldado, no lugar das orelhas tinham apenas dois orifícios, a boca então quase não aparecia, emendava se com o nariz, houve quem dissesse que parecia mesmo um filhote de macaco. Lembro que cheguei a ser levado para ver o bebê, e isso nunca saíria de minha cabeça. Inevitavelmente o bebê sobreviveu apenas algumas horas. Então se seguiu a preparação do corpo, as lamentações, os cuidados com a mãe, a procura de explicações e todo o ritual para o velório e enterro daquele pequeno. Após esse episódio, outra parente teve situação semelhante alguns anos depois.

Já na universidade, em minhas aulas de ginecologia e obstetrícia, essa história foi resgatada em minha vida, pensar no que poderia cientificamente ter acontecido na situação me despertou grande interesse. No entanto, naquele momento, meu objetivo não era o de desconstruir a maneira como compreendíamos isso na aldeia, mas sim, de fazer uma associação para meu próprio aprendizado sobre as causas daquela malformação naquele recém nascido. Eu pretendia fazer traduções e ver como seria para entre mundos diversos essa interpretação.

Refletindo sobre todos esses possíveis conflitos que poderiam ter sido intensificados na academia, penso que apesar de não perceber que tudo o que conheço e vivo em

relação à medicina tradicional indígena não fora destruído pelo conhecimento científico, visualizo que não fora tão simples quanto possa parecer diante de meus posicionamentos firmes que tenho atualmente, de não se deixar perder pela simples substituição de visões que o ambiente acadêmico sem responsabilidades sócio culturais pode impor. Estratégias de enfrentamento, de proteção, de agregamento? Não sei qual termo usaria para definir a maneira como conviver seis anos, passar por tantas discussões teórico-práticas e ainda assim agregar elementos diversos de meu mundo indígena no campo da medicina tradicional.

O que posso dizer é que, em momentos de questionamentos sobre a validade do que é certo ou errado do ponto de vista acadêmico, científico, sempre tomei posicionamentos de acordo com o que teria para refutar, questionar, refletir, na dependência mesmo de qual arcabouço teórico eu portava e dependia para associar e validar as situações empíricas que eu conhecia. Em outras palavras, se eu tivesse argumento para meu posicionar, eu fazia, ainda que timidamente tentando compreender a dinâmica de todo aquele processo sociológico que eu nem mesmo dimensionava estar vivendo. Caso contrário, eu acabava por deixar a conclusão da desvalorização de práticas tradicionais que eu conhecia o descrédito através do meu silenciamento.

Aceitar simplesmente que tal teoria, tal estudo é absoluto, era a maneira que construíamos conhecimento naquela época. Trazendo isso pro meu contexto atual de docente, conduzo de maneira muito diferente à qual eu fora formado academicamente. Porém, hoje, após quatro anos na docência do ensino superior, percebo as mudanças e as dificuldades em meu início de carreira.

#### **10) Estágio rural e indígena para estudantes de medicina:**

##### *Construção, desconstrução e inversão de poder na academia*

Em outubro de 2013, uma importante decisão tomada por mim mudaria decisivamente os rumos de minha vida profissional e meu posicionamento com relação a inclusão da saúde indígena no âmbito do ensino superior. Na época, estava completando exatos 12 meses de trabalho na Previdência Social enquanto perito médico previdenciário após ser aprovado em 1º lugar no concurso público no ano anterior. A sonhada carreira pública tinha sido conquistada tão logo após minha formatura. No entanto, daquele curto período de atividades, me restaram apenas como saldo positivo as amizades e contatos profissionais somente daqueles que realmente realizam seu trabalho de maneira competente e correta. Minha decisão em pedir minha exoneração fora necessária mediante eu visualizar naquele momento que minha permanência na instituição seria a sentença em deixar de lado meu espírito de liberdade e novos desafios, além de tolher todos

os projetos de estudos e aperfeiçoamento que eu fizera ao longo daqueles meus poucos anos. A instituição não era das melhores incentivadores ao crescimento pessoal e profissional de um jovem médico que tinha em seus ideais o combustível necessário para trabalhar em prol de sua “grande família” indígena. Após acessar minha conexão espiritual, como tantas vezes fizera em minha vida, tive a orientação necessária para me desligar daquele ambiente de trabalho que por motivos diversos não me fazia bem.

Naquele outubro movimentado, eu pediria exoneração. Porém, algo que eu não contei ainda até aqui, há poucas semanas havia saído o resultado de um concurso público para professor do magistério superior para o curso de medicina da Universidade Federal do Amapá, e pasmem, mais uma vez eu estava lá, como o primeiro nome da lista a ser aprovado para o cargo de professor de pediatria. Como acredito que tudo tem sua orientação a partir das aspirações que você almeja, foi assim com minha posse e início de minhas atividades como docente do curso de medicina.

No primeiro ano como docente, talvez pela própria formação de longos anos em que a metodologia vivenciada e construída em mim fora a de troca, digo, de transmissão de conhecimentos de maneira vertical, na qual me era repassado um estudo validado e eu recebia e agregava na “caixinha” que mais se enquadrasse, para que assim ao final de anos eu tivesse a forma final desenhada pelas diversas partes que me foram apresentadas para a construção de meu mosaico acadêmico. Este foi um momento em que o seguir o modelo aprendido por mim entrou em conflito com o novo modelo de ensino-aprendizagem a que meu colegiado me incentivava a ter para acompanhar o novo processo de educar.

**Chegada na Aldeia Espírito Santo – Em atividades com os alunos do curso de medicina da Universidade Federal do Amapá.**



**FONTE:** Arquivo pessoal, agosto de 2017.

Neste momento, me dei conta do desafio que eu me encontrava, mas consegui observar que era neste novo modelo que talvez muitos de meus momentos de questionamentos anteriores pudessem ser abrandados. Ao ser alocado para uma disciplina que discutia diretamente a verdadeira importância da visão holística em saúde coletiva, eu me vi com a possibilidade, ainda que não soubesse conscientemente na ocasião, de chegar a metodologias que visassem um novo modelo de construção de conhecimento, do aprendizado, baseado na conversa de igual para igual, do aprendizado com aqueles que eles deveriam aplicar a medicina. Mais tarde, percebi que seria a oportunidade de estabelecer o diálogo de saberes no curso de medicina. Era a oportunidade de discutir de que maneira, finalmente, se poderia agregar aquele conhecimento tradicional que a academia simplesmente nega sua importância, enfatizando aquele que cientificamente é comprovado. Meu instrumento de construção de conhecimento ideal estava traçado, imaginar na prática um grupo de alunos tendo uma roda de conversa em uma roça, por exemplo, promoveria compreensões, sem dúvidas, muito mais abrangentes de como é o processo de adoecer naquele grupo de indivíduos, mais que isso, permitiria fortalecer e incluir o outro, no caso o indígena no discutir o conhecimento, no agregar experiências, no ser parte da construção do conhecimento.



Ao entrar no colegiado, fui alocado para a cadeira de Interação Ensino, Serviço e Comunidade – IESC, ao invés de ir para a área de pediatria, passei a exercer minhas atividades na área da Atenção Primária do curso. Gostei do que ocorreu, aceitei sem problemas o que me indicaram, mas devo pontuar que eu, como indígena, não parecia interessante para eles na pediatria, mas sim para estar no campo da comunidade, não sei o que pensaram com esse remanejamento. Era uma disciplina que não era do agrado dos professores. Para mim, foi ótimo, pois, diferentemente do que é o mais comum dentro da área médica, na qual os médicos formados costumam aspirar trabalhos dentro das grandes especialidades, eu pensava em realizar minhas atividades dentro daquela área que eu visualizava ter um caráter preventivo muito importante. Logo, estar nesta área dentro do curso me deixava muito à vontade para a docência, porém, passaria a me deparar com todas as dificuldades enfrentadas na rede que compreende a saúde coletiva.

Em dois anos de trabalho no curso pude fortalecer minhas atividades acadêmicas trabalhando com turmas desde a 1ª até a 4ª série do curso. Ao final deste período fui convidado pela coordenadora do curso de medicina a assumir a coordenação do internato em estágio rural e indígena, trata-se de um estágio prático obrigatório nos dois últimos semestres de curso, no qual todos os 24 alunos da última série do curso realizariam o módulo em saúde rural e indígena de uma vez só. Esta coordenadora, tendo sido uma apoiadora importante da causa em prol dos povos indígenas no curso, percebeu em mim a grande influência que eu poderia exercer no campo da saúde indígena dentro do curso e nos espaços de discussões que fossem se abrindo aos poucos. Dela sempre percebi o apoio e reconhecimento para o fortalecimento de nosso estágio, o qual se configurava como importante ferramenta de fortalecimento e empoderamento da saúde indígena dentro da academia, tratava-se de um marco único na região amazônica e, mais tarde, perceberia, em todo o país. No entanto, dentro das reuniões do colegiado do curso, a qual se compõe pelos professores do curso, pude ouvir posicionamentos como “Ah! O Alceu que é índio, então ele que cuide do índio”. Percebia aí o distanciamento e desinteresse em se tratar a saúde indígena, em vê-la como parte importante no curso, principalmente por se tratar de um tema integrado ao contexto amazônico, o qual exacerba esta grande demanda.

Nem me lembro o exato momento em que assumi o cargo, pois quando me deparei já estava à frente do planejamento das atividades para que o estágio acontecesse. Em uma das primeiras reuniões do colegiado percebi o grande desconhecimento em relação à realidade de um território indígena, pensava: será que estão pensando que os indígenas ainda podem comer pessoas, e serem os alunos as vítimas de tal ritual? Que os alunos serão devastados por um surto de malária como quando os indígenas sofriam ao terem contatos com o homem branco, mas agora

de maneira inversa? Assim, houveram resistências as atividades na Terra Indígena, muito diziam que caso os alunos fossem para o município de Oiapoque, onde seriam realizadas as atividades, eles “estariam vulneráveis a todos os tipos de doenças da região: chikungunha, malária, zica”, mas espera aí? Nossos alunos não estariam sendo formados justamente para lidar com doenças? Mais ainda, não estariam sendo formados para lidar com a diversidade? Aí exatamente eu senti o quanto essas discussões verdadeiramente deveriam ser debatidas dentro das universidades.

Uma coisa eu aprendi desde que me entendo por karipuna, ainda que quase tudo conspire contra, existe uma parcela que se contrapõe ao contra, e foi justamente neste ponto que devemos nos fortalecer, agregar nossos *stakeholders*, essa palavra que acabara de aprender, mas que para mim falava nada mais do que “junte-se aos que te apóiam”. E foi exatamente isso que fizemos, nós fizemos, pois aí já éramos um pequeno grupo de professores que abraçara a causa e estava disposto a levar adiante aquela experiência. Não pense você que tivemos somente parceiros da saúde coletiva, não, tivemos colegas professores especialistas: ginecologista, radiologista, pediatras, oftalmologista e a sensibilização da pró-reitoria de graduação, que compreendeu exatamente o papel que tínhamos a desempenhar no curso, em nossa região e no papel a que nossa universidade se propunha. O reconhecimento e a forte identidade que tenho com minha comunidade, a maneira como interajo nos espaços em saúde que fazem relação com a população indígena facilitaram e até hoje abrem portas para o planejamento e execução de nossas atividades.

Dois pontos importantes nessa ocasião foram fundamentais para embasar as atividades acadêmicas que desempenharíamos dentro da universidade, a realização de uma especialização em saúde indígena pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp e o início do Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais – MESPT pela Universidade de Brasília. A partir desses dois marcos em minha vida, passei a compreender os conceitos e me apropriar deles no sentido de trazer para os espaços de discussões dentro da universidade e dentro dos ambientes que se articulam com os serviços de saúde, a real importância do que é ter que se considerar a saúde indígena como sistema de saúde com identidade cultural distinta, mas que interage com o sistema de saúde ocidental e suas tecnologias. Percebi o quanto a apropriação de conceitos te empodera e te fortalece nos espaços de discussões, o quanto ela abre portas e dificulta o fechamento daquelas que os preconceitos teimam em querer fechar. Eu me senti preparado para o diálogo e para os embates.

E foi exatamente baseado neste conhecimento teórico sobre os processos de construção da saúde indígena, da interculturalidade, de identidade étnica que passeia a dominar, que dentro do espaço em meu colegiado, onde poucos ou quase nenhum dominavam esses temas, foi que eu fui fortalecendo esse território, estabelecendo relações com outras terras dentro da

universidade e fora dela, fazendo compreender que cada ritual, cada reza, cada rio, cada igarapé, cada árvore, cada indígena, compreendia uma parte importantíssima que ia além do indivíduo como se estava comumente acostumado a se pensar na cidade.

O estágio aconteceu em setembro de 2015, diante de inúmeras ansiedades, expectativas, medos, mas com o apoio e receptividade tanto da população da sede do município de Oiapoque, quanto dos indígenas da Aldeia Manga. Marcando profundamente aquele ambiente de práticas e trocas culturais e abrindo espaço para que a continuidade deste projeto seguisse adiante. Porém, no ano de 2016, devido a algumas mudanças em gestões que implicariam diretamente na organização das atividades do estágio, o internato não ocorreu na mesma maneira do ano anterior, os alunos fizeram suas atividades entre equipes de estratégias de saúde da família e na Casa de Apoio à Saúde Indígena de Macapá, na capital do Estado. Percebemos que foram alguns passos lentos que tivemos naquele ano em decorrência disso, mas também aproveitei para me aprofundar mais ainda no que eu vinha aprendendo no MESPT, pois sabia que logo, em 2017, teríamos mais “energia teórica-acadêmica” para embasar nossas atividades no ano de 2017. E assim aconteceu.

Iniciei o ano na especialização em educação para docentes do ensino superior de escolas médicas no FAIMER – Fundação para o Avanço Internacional e Pesquisa da Educação Médica, uma instituição internacional com sede na Filadélfia, e que no Brasil trabalha o fortalecimento de iniciativas em educação médica que trabalhem projetos inovadores para o desenho curricular, desenvolvimento docente e saúde comunitária. Eu fui selecionado para realizar tal especialização em meio a docentes de universidades públicas de todo o país. O trabalho que vinha exercendo em minha universidade, relacionado ao ensino da saúde indígena, foi preponderante para isso, além da possibilidade de melhora do projeto através das inúmeras oficinas e capacitações aprendidas neste programa. Poder a partir daí compartilhar nossas experiências no ensino em saúde com todos os professores que agregam nesta rede de educadores é algo único, pois se permite que esta discussão chegue a outras regiões de nosso país.

Este momento me possibilitou trabalhar importantes conflitos entre discentes, docentes, coordenação principalmente no período em que antecedeu o estágio neste ano de 2017. Percebi que o grande impasse se encontrava no desconhecimento que mais uma vez um grupo de pessoas estava diante. A partir daí, meu planejamento foi trabalhar com os alunos conceitos como o de interculturalidade e saúde, pertencimento étnico-racial e tantos outros conceitos que facilitariam a compreensão e aceitação a que eles vivenciariam faltando poucos dias.

O conceito de interculturalidade relatado por Catherine Walsh (2009) justifica a importância de se considerar esta visão ao entendimento dos sistemas de saúde tradicionais indígenas, os quais são baseados em uma abordagem holística de saúde, cujo princípio é a

harmonia de indivíduos, famílias e comunidades com o universo que os rodeia. As práticas de cura respondem a uma lógica interna de cada comunidade indígena e são o produto de sua relação particular com o mundo espiritual e os seres do ambiente em que vivem.

Essas práticas e concepções são, geralmente, recursos de saúde de eficácias empírica e simbólica, de acordo com a definição mais recente de saúde da Organização Mundial de Saúde. Portanto, a melhoria do estado de saúde dos povos indígenas não ocorre pela simples transferência para eles de conhecimentos e tecnologias da biomedicina, considerando-os como receptores passivos, despossuídos de saberes e práticas ligadas ao processo saúde-doença. O reconhecimento da diversidade social e cultural dos povos indígenas, a consideração e o respeito dos seus sistemas tradicionais de saúde são imprescindíveis para a execução de ações e projetos de saúde e para a elaboração de propostas de prevenção/promoção e educação para a saúde, adequadas ao contexto local (BRASIL, 2002). Nesse sentido, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), de 2002, apresenta como um de seus princípios a articulação com os sistemas tradicionais indígenas de saúde. Os agentes indígenas de saúde seriam elos entre o saber biomédico e os saberes indígenas, enfatizando a importância de se observar esse contexto intercultural.

A partir da compreensão destes conceitos, nossas atividades se desenvolveram de maneira muito positiva no ambiente de minha comunidade, a receptividade do povo karipuna, o respeito mútuo entre os alunos visitantes e os indígenas, as trocas de saberes, as rodas de conversa, a transformação pessoal que cada aluno relatou pós-vivência através de narrativas resume a dimensão que esta atividade implica em mudança de paradigmas e preconceitos.

**Aldeia Benuá – Em atividades com os alunos do curso de medicina após um dia intenso de atividades.**



**FONTE:** Arquivo pessoal, agosto de 2017.

**11) A inserção da saúde indígena nas escolas médicas do país:**

Logo após o término das atividades com meus alunos em minha aldeia, eu fui convidado pelo Conselho Federal de Medicina a falar na Comissão de Medicina de Fronteira em Brasília, enquanto indígena médico e professor, sobre nossa experiência na saúde indígena em um escola médica na Amazônia. Nossa experiência está servindo como base para as discussões que darão origem a uma diretriz que recomendará a inclusão de estágios em ambientes indígenas pelas escolas médicas no país. Isso mesmo foi até este ponto de luta que chegamos. E ao definir minha participação nesta comissão, enfatizei o quanto é importantíssimo que em todo esse processo, lideranças indígenas, especialistas tradicionais, pajés, parteiras e outros representantes das

comunidades sejam convidados a fazerem parte também dessas discussões, pois só assim, a comunidade efetivamente fará parte de toda esta construção de troca de experiências.

Estamos caminhando a passos lentos, mas firmes em nossos posicionamentos na inclusão de nosso diálogo de saberes na saúde indígena no ambiente de formação das universidades. Acho que isso é um passo importante, penso que quando tivermos mais indígenas cursando medicina como uma atividade como essa será importante para eles, que poderão transitar por outro saberes. E como isso para estudantes não-indígenas pode ser um momento importante de refletir sobre o racismo que carregam todos os dias que desconsidera saberes e práticas das pessoas que estão diante deles.

## **12) Indígenas, ainda que não queiram, seguimos!**

*“Não sei quem teve a brilhante ideia de misturar pessoas normais com índios. Porque raça nojenta é essa. Observamos que os professores todos gostam de você, deve ser por ter pena (...) tira a tua máscara garota. Deixa de ser essa caboca [sic] nojenta e imunda que tu é”.*

*“Quem te disse que tu vai vencer na vida? Quem disse que tu vai passar no concurso público. Ainda vem com uma história de que almeja um futuro melhor para os pais. Procura futuramente estudar em um curso melhor. Vai tirar eles de onde? Da tribo? Deixa eles lá porque lugar de índio é dentro de buracos assim mesmo”.*

Hoje ao acordar com esse trecho estampado nos sites de notícias do país sobre esta carta que a parente Kethyla Shawanava da etnia Arara recebera há poucos dias na Universidade Federal do Acre no Campus Floresta em Cruzeiro do Sul, pergunto-me o motivo de tanto ódio dirigido a ela, seria porque simplesmente quis estudar além, quis ousar pensar em um futuro diferente do que sua família vivera, não que isto significasse romper com sua identidade indígena. Reflito em quantos indígenas já passaram por situações semelhantes ou até piores, mas que não chegaram a repercutir como a história de Kethyla.

Dói profundamente ler tudo isso, machuca, dilacera, parece que ecoa o racismo no sarcasmo daquelas pessoas que ainda ousam apoiar este covarde anônimo que tenta massacrar esta jovem parente indígena de apenas 18 anos, cheia de sonhos, de alegrias, de saudades de sua terra, de seu lugar de vida, e agora, sem dúvida, de tristeza com a crueldade do ser humano. Como indígena sinto em minha pequenez a sensação imediata de agressividade, mais que física, de alma

mesmo, o sofrimento que ela vive diante de tais palavras cruéis. Questiono-me o quanto diversos estudantes indígenas devem ser hostilizados pelo país afora e sequer sabemos das barbáries a que são submetidos.

A presença indígena antes e agora quando comparada talvez nos pareça regredindo à época da colonização, quando os indígenas foram tomados como estopos, devendo assim ser subjugados aos “buracos”, mas há práticas e discursos neocolonialistas que sentenciam nossos jovens estudantes indígenas. Nem eu, nem Kethyla passaremos em concursos públicos, esse é o desejo deste “nobre pensador”, que não se concretizará, pois posso antecipar à jovem arara que eu, Alceu Karipuna, respondo à pergunta do autor dessa carta de “*Quem te disse que tu vai vencer na vida? Quem disse que tu vai passar no concurso publico?*”. Eu digo que você passará, eu digo que irá vencer, pois o simples ato de ousar ir, além, minha cara parente, isso já traz as certezas necessárias para que vençamos, em quantos concursos, por essa ousadia que eu tenho, eu passei? Em quantos processos seletivos, eu vibrei com resultados positivos? Vibrei porque fui além, porque sigo caminhando e ultrapassando as barreiras do preconceito, das palavras que doem, das atitudes veladas que te agridem, muitas vezes institucionalmente, mas que também fortalecem quando dizemos: não perderei tempo com o que está aí me depreciando, com o que vai estar aí sempre, ganharei tempo me apropriando de conceitos e estabelecendo diálogos no campo das idéias, no campo das discussões racionais para que assim eu estabeleça meu campo de atitudes profissionais, diante de nosso viver indígena.

Nós temos uma ancestralidade que nos guia e nos fortalece, que nos ensina a lidar com muitas adversidades na vida, livro algum dificilmente ensina como o lugar de onde viemos nos ensina. Posso dizer que enquanto o autor desta carta anônima se preocupa em escrever algumas linhas, já consigo perceber a audácia medíocre que este autor tem em passar seu preconceito entremeado a ódio e encorajado por suas frustrações em talvez não ter simples relações interpessoais construtivas com seus educadores.

Parentes estudantes, jovens indígenas, talvez o futuro não seja muito diferente de todo o preconceito e dificuldades de inserção na educação que temos hoje, mas se considerarmos que nossos espaços são firmados a partir do momento em que decidimos nos inserir nos ambientes de discussões, nós temos grandes missões, grandes desafios, aceitarmos adentrar nos espaços estratégicos que possibilitem discutir nossas demandas, para que assim visualizemos transformações em nossos ambientes intra e extra territoriais.

Quando visualizo que em minha trajetória de vida encontrei colegas de trabalho que simplesmente promovem assédio moral contra você, que não aceitam você ficar em primeiro lugar em um, ou dois concursos públicos federais, que não aceitam que você, por ser indígena, e se

declarar com orgulho, hoje, quando questionado em sua origem, não possa circular em outros ambientes fora da aldeia, não possa viajar a outros lugares, seja a trabalho, seja a passeio, seja para se fortalecer teoricamente para continuar a se impor diante de preconceitos, deste racismo institucional que nos quer indígenas aprisionados na aldeia como em um zoológico humano, quando me dou conta de tudo isso, eu vejo o quanto a luta é árdua, mas o quanto nós estamos conseguindo nos inserir em importantes espaços de transformações sociais. Nunca vou esquecer de minha orientadora, a professora Silvia Guimarães, falando a mim: Alceu, talvez você não faça idéia do quanto sua posição atualmente é estratégica para o mundo indígena, você indígena, professor na universidade, em um curso de medicina, ambiente elitizado, ensinando aos seus alunos a saúde indígena dentro de sua aldeia. E é a partir da apropriação de espaços como estes que nós nos fortalecemos enquanto indígenas detentores também do conhecimento.

Há exatamente nove meses, eu me apresentava em um programa de educação a um grupo de educadores, dizia eu que eu pretendia após aquela experiência educacional ser um agente transformador no campo da saúde indígena. Ao terminar a minha fala aos demais colegas não-indígenas, a responsável pela leitura de minhas aspirações em um cartaz, completou *“você também não quer nada né?! Isso é querer logo tudo! Lembre-se que transformar é querer muito!”*. Até hoje aquelas palavras que, poderiam ter me limitado a partir daquele momento, ecoam em minhas reflexões, em meus planejamentos de estratégias. Penso que é possível sim a um indígena querer muito, transformar, tenho buscado isso. Quando comparo minhas atividades docentes com outras experiências existentes, eu não consigo visualizar transformações evidentes, pois me dou conta que por querer transformar, eu acabei por me empenhar em estratégias inéditas que vão além do que já existia, assim posso não ser realmente um agente transformador, mas sim, um agente formador, o que para mim significa estar em constante atividade exercitando o trabalho com aqueles alunos que se formarão e que se diferenciarão no sistema no qual pretendo transformar. E, atualmente, respondo àquele comentário, que eu posso sim transformar muito através de minhas atividades dentro da universidade a partir do estágio em internato rural e indígena do curso de medicina, no qual sou coordenador. E deixo aqui esta reflexão: por que não um indígena ser um agente de transformações na formação de futuros médicos indígenas e não-indígenas no campo da saúde indígena?

É com esta mensagem ao término de minha escrita que quero deixar claro o quanto o Mestrado em Sustentabilidade Juntos a Povos e Territórios Tradicionais foi essencial no fortalecimento de minha identidade karipuna, o qual a partir dele eu me tornei um indígena médico, que hoje se posiciona nos espaços institucionais em que circula em prol do direito à educação e saúde indígena, a qual todo indígena parente tem, em prol do direito à vida e às suas



práticas culturais em seus territórios sagrados. E tenho certeza que temos caminhado ao objetivo que o programa se propõe, formar mestres que atuem na realidade de seus territórios tradicionais ou em espaços de discussões de seus interesses coletivos, ainda que por exigências formais não nos enquadremos nas exigências institucionais dos órgãos avaliadores, os quais não conseguem medir a abrangência política, social e cultural que o MESPT consegue alcançar.

### **13) Desafio: Organização das Nações Unidas - ONU, Povos Indígenas e a Proteção de Direitos Humanos**

Dentre os sonhos que tive até hoje, imaginar as coisas que eu, indígena, saído lá do Oiapoque poderia vivenciar ainda, participar de um programa das Nações Unidas passará longe de mim até o dia em que ao conversar com um amigo indígena Manchineri ele me falou que assim que terminasse o mestrado iria passar um tempo na Suíça, eu perguntei o que ele faria lá, sem titubear me disse que se inscreveria em um programa da ONU para a defesa dos Direitos Humanos de povos indígenas e que passaria na seleção e iria morar por aqueles lados durante um tempo.

Comentei com ele o quanto aquilo era interessante, ele até me estimulou a me informar sobre o assunto. Algum tempo depois eu na minha quietude que vez ou outra apraz, parei para navegar nas diversas possibilidades que a internet nos proporciona de cursos, concursos, programas, ensino e lá me deparei com o edital para o Programa de Bolsas da ONU para lideranças indígenas de Direitos Humanos, era o tal programa que meu amigo havia me falado.

Para nós indígenas falar alguma outra língua diferente de nosso português ou língua nativa é bem distante de nossas possibilidades, um inglês? Nossa, quanta distância! Um espanhol? tanto quanto! Mas e o francês? Iria no mesmo caminho. Porém, da região de onde venho, fazemos fronteira com a Guiana Francesa, e inevitavelmente caminhamos pela vivência com a língua francesa, e isso facilitou um pouco mais as coisas para que eu fizesse um curso de francês gratuito e desenvolvesse a habilidade com a língua. Nossa própria língua nativa, o *Kéhol* ou *Patuá*, facilitara bastante por ter em seus muitos fonemas diversas palavras que se assemelham ao francês e que eu estava acostumado a ouvir desde criança, e que até hoje ouço nas conversas em Patuá entre minha avó de 98 anos de idade e minha mãe Elza, mesmo em ambientes fora da aldeia. Apesar dos quase 17 anos depois de ter feito o curso, o fato de ter praticado em muitos momentos, e não ter perdido o interesse pela língua francesa até hoje, isso me daria o empurrão que eu precisava para me inscrever no concurso ao programa de bolsas da ONU para lideranças indígenas voltado à proteção de direitos humanos.

Enfim, após a coragem para me inscrever neste processo seletivo aberto ao mundo, o chamado para a entrevista por si só já me davam uma felicidade imensa por estar incluído em

um pequeno grupo selecionado para a fase final. Minha entrevista foi tão tranqüila que já nem me recordava mais de horas antes estar num nervosismo intenso. Eu como sempre aproveitando para me concentrar e me conectar com minha espiritualidade a qual cultivei desde a infância em meio a tudo o que eu convivia naquela natureza em minha aldeia, mais uma vez tive a calma necessária para poder dialogar exatamente com o representante da ONU durante minha entrevista, mal sabia eu que meses depois ele seria um importante reconhecedor e incentivador de meus potenciais para o exercício da liderança, do trabalho em equipe, do fortalecimento de práticas para a proteção de direitos humanos de povos indígenas, o senhor Morse Flores, chefe do escritório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos dos Povos Indígenas.

No dia em que recebi o resultado de minha aprovação, estava junto de minha família em uma manhã de sábado no lugar onde nasci. Lembro que no dia anterior eu havia trabalhado bastante no planejamento das atividades na aldeia para que recebêssemos os alunos da Universidade Federal do Amapá alguns meses depois, tinha feito inclusive uma reunião com meus tios, primos, cacique lá na roça, pois era dia fazer farinha, para explicar um pouco do que pretendíamos levar para a comunidade, bem como ouvir um pouco para saber o que o Manga gostaria que fizéssemos para as necessidades de nossa aldeia. Saí da roça tão cansado como não ficara há tempos, mais um passo dado, mais uma missão cumprida, e claro, a satisfação em mim compensava toda aquela sobrecarga física.

No sábado, bem cedo consegui um quase nada sinal de internet para abrir meu email, mas o suficiente para eu ver que o primeiro email era um vindo lá de um tal de *Haut Commissariat des Nations Unies aux Droits de l'Homme pour les Peuples Autochtones* (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos Povos Indígenas). Alguma notícia lá da ONU, pensei. Meu coração que estava em paz naquele momento e em tantos outros dias com a certeza de que eu estava no caminho certo por fazer algo por meu povo nem teve tempo de pensar do que se tratava. Logo ao abrir o email, em poucas linhas lidas em francês já compreendi que estava falando que eu havia sido um dos selecionados para participar do programa francófono juntamente com os outros 4 colegas selecionados pelo mundo afora. E ao final da mensagem entendi e nunca me esqueci do que o remetente da mensagem falava: agora vá comemorar com sua família, com seu povo, em breve nos encontraremos em Genebra!

É claro que o coração ficou tão apertado, tão emocionado que até agora escrevendo aqui dou o mesmo sorriso de felicidade por me lembrar daquele momento. Saber que mais um etapa de empoderamento, de fortalecimento de espaços que eu possa me afirmar em prol de nossos direitos relacionados aos povos indígenas estava por vir, deixava me satisfeito e mais encorajado ainda a seguir me inserindo nestes ambientes de discussões sobre a questão indígena e agora em

um instrumento de discussões a nível mundial.

Foram muitos os pensamentos, ansiedades, alegrias, medo da comunicação, de inserção em grupo, tantos sentimentos misturados que antecederam a viagem, mas que davam lugar logo em seguida à certeza de que eu voltaria mais fortalecido ainda desta viagem no sentido de conhecimento teórico, prática e mesmo interculturais, pois uma semana antes fui informado de que apesar de fazer parte do grupo francófono que tinha 5 integrantes, nos juntaríamos a outros grupos, os falantes de russo (8 integrantes), do inglês (10 integrantes) e do espanhol (10 participantes), ou seja, 32 pessoas das mais variadas nacionalidades, de grupos étnicos diferentes, no entanto, pessoas com uma matriz comum, uma matriz autóctone distinta.

Ao sair do Brasil, imaginava que me juntaria a grupos de indígenas semelhantes aos que encontramos na região da América Latina, em especial de nosso país. O primeiro impacto que me chamou a atenção já se deu no primeiro encontro com alguém do meu grupo francófono, a Sra. Didja Tchari, jovem negra africana da região do Chad, que na fronteira de sua timidez me respondeu à pergunta que eu fizera, ela com um sotaque francês bem diferente do que eu aprendera nos meus longos anos de contato com a língua francesa, porém como eu havia prometido a mim, entrar em desespero era algo que eu deixaria passar bem longe de mim. Bem, a diferença de pronúncia na língua e sua origem de uma tribo que nada se assemelhava aos indígenas que eu pensava encontrar naquele programa voltado a formar lideranças indígenas.

Só mais tarde eu teria uma compreensão melhor de que o conceito na verdade que a ONU adotara para reunir esse grupo neste programa era o conceito de autóctone, o qual é tido como aquele que se origina de um povo tradicional com práticas culturais distintas do povo que o coloniza e que estabelecem intrínseca relação com a ancestralidade que constitui seu território. Aí justamente se enquadram diversos grupos tribais africanos, e então me explicaria o porquê de os afrodescendentes brasileiros não serem incluídos neste grupo e terem sua inclusão em outro grupo que seriam os afrodescendentes.

Para mim, compreender que a identidade étnica de cada membro do programa era o elo entre todos os participantes na busca pelo fortalecimento em prol da defesa de Direitos Humanos dos Povos Indígenas ou, no caso, autóctones, era o que unia cada experiência de um país diferente, de lutas, de sofrimento, de vitórias, de perspectivas de formação de uma rede mundial de apoio nessa luta.

Minha formação acadêmica em medicina me deu as habilidades e competências necessárias para exercer meu desejo de cuidar de pessoas, mais ainda de meus parentes indígenas, porém em sobremaneira me afastou das relações políticas no âmbito das discussões relacionadas às questões indígenas, à medida que eu mais me integrava ao ambiente acadêmico técnico-

científico. Neste momento, no seio da Organização das Nações Unidas em Genebra, eu me via com a grande chance de trocar experiências e fazer parte de uma grande rede mundial com os mais diversos líderes escolhidos por suas comunidades para participarem do programa, bem como todos os experts envolvidas nas diversas oficinas, rodas de conversas, conferências e demais atividades que participaríamos durante um mês inteiro de temas relacionados à proteção de Direitos Humanos junto a povos indígenas.

Para minha grande surpresa, aquele receio de contato com outras línguas, após três breves dias em Genebra, deixou-me muito à vontade para circular entre os mais diversos grupos de línguas estrangeiras, o espanhol muito mais familiar e o inglês na medida do possível associado à linguagem gestual, aproximava-me bastante de outros colegas de programa. Nas apresentações formais em que mostrávamos de onde vínhamos, sempre um interesse sobre minha comunidade, sobre meu país era compartilhado com todos, em cada conversa, fossem nas oficiais ou mesmo em momentos informais, falar de meu lugar sempre me deixava mais forte, mais seguro ainda de minha identidade, de meus propósitos de fortalecimento teórico e mais ainda dialogar com tantas experiências de lutas dos colegas, os quais representavam histórias de vida desde o Paquistão e Índia, até os nossos *hermanos* latinos peruano, chilena, venezuelana, cada fala era um aprendizado novo.

Assim as semanas se passaram e logo chegávamos à última semana do programa, nesta semana, cada indígena do programa teria um momento de fala na 10ª Sessão do Mecanismo de Experts sobre Direitos dos Povos Indígenas - MEDPA, evento este que se realizara no salão principal do Palácio das Nações Unidas em Genebra e em algumas salas adjacentes.

Se existe um instrumento de discussões e resoluções a nível mundial que trate a temática indígena e seja um mundo de experiências, este é o MEDPA. Ele é um fórum mundial anual que agrega especialistas do mundo inteiro interessados na temática, constitui-se de representantes de povos indígenas, organizações indígenas, intergovernamentais, representantes de Estados, sociedade civil, além de estudantes de diversas áreas. Discutem-se temáticas relacionadas aos mais variados âmbitos: educação, saúde, cultura, violações de direitos humanos, violência contra mulheres, crianças, tudo dentro da temática direitos humanos relacionados a povos indígenas. O produto de tais discussões embasa recomendações temáticas ao Conselho de Direitos Humanos, as quais norteiam políticas e atividades em todo o mundo a serem buscadas durante todo o período de intersessões anuais.

Aí, me dei conta da importância deste momento para minha formação enquanto agente indígena político e o quanto todo o processo de apropriação teórica pelo qual passei junto ao Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais – MESPT vem me inserindo

em importantes espaços de discussões aos quais me posiciono em prol de uma educação e saúde que respeite os saberes tradicionais, a ancestralidade indígena.

No dia 13 de julho de 2017, pela manhã, iniciara minha participação na sessão, a qual tratava de atividades intersetoriais sobre a proteção de direitos ao patrimônio cultural e saúde. Dias antes já havíamos trabalhado um discurso dentre da temática escolhida por cada indígena, e ensaiado em uma simulação, a mais real possível que já vivenciara até então. Na verdade, estávamos sendo preparados para qualquer momento em que tivéssemos que discursar pelo mundo afora, fosse onde fosse. E isso eu compreendi logo após terminar de proferir meu discurso. Este a seguir foi a minha declaração realizada em francês, mas com todo o sentimento brasileiro, mas ainda, amazônico.

**MÉCHANISME D'EXPERTS SUR LES DROITS DES PEUPLES INDIGÈNES**  
**10ème session : 10 – 14 juillet 2017**

**TEMA 8 : Activités intersessions et suite donnée aux études thématiques et à l'avis sur les droits à l'héritage culturel et à la santé.**

*Bonjour, je voudrais remercier le président de la deuxième session sur les droits des peuples autochtones et tous les représentants qui défendent les droits des peuples autochtones.*

*Je m'appelle Alceu dos Santos, je suis de Brésil de peuple Karipuna de l'Amazonie brésilienne. Je représente l'Association de la Communauté Manga et l'Université Fédérale du Amapá dans le cours de médecine.*

*Mon pays a ratifié la Convention n° 169 de l'Organisation Internationale du Travail - OIT en 2002. Au Brésil les peuples autochtones ont un système de santé collective spécifique, mais aussi existent taux élevés d'alcoolisme, mortalité des enfants et suicide en particulier parmi les jeunes. Actuellement les communautés sont servies par les médecins du Programme Plus Médecin de gouvernement fédéral avec l'Organisation Panaméricaine de Santé – OPAS. Au 6 avril 2017 ont été réalisées la 1ère Conférence sur Santé Indigène au Brésil avec l'Organisation de Conseils Fédéral de Médecine de Brésil et de la Confédération Médecin Latino – Américaine et de Caribbe (CONFEMEL) pour promouvoir des nouvelles expériences d'enseignement en santé autochtone au pays.*

*En concernant des recommandations du Mécanisme d'experts 2016 sur le droit à la santé et les peuples autochtones qui « les États devraient favoriser les initiatives pédagogiques en faveur des peuples autochtones compte tenu des liens étroits, directs et indirects, existant entre la santé et niveaux d'instruction » et « ils devraient également créer des programmes et des services visant à sensibiliser les praticiens à la prise en charge et aux méthodes d'approche des patients autochtones », donc ma communauté avec le cours de médecine ont une expérience pédagogique positif pour faire les changements de savoirs traditionnelles dans la communauté Karipuna et faire la sensibilisation et respect à la médecine traditionnelle des futurs médecins, et promouvoir la intégration des savoirs traditionnels autochtones dans les systèmes nationaux de santé. Depuis 2015, les élèves vont à la communauté étudier comme une part de son cours après l'autorisation du conseil de la communauté.*

*Monsieur président, je recommande la multiplication de discussion et de renforcement de la santé des peuples autochtone et les droits de peuples autochtones sur tous les mécanisme du gouvernement et l'autres departments.*

**Discurso traduzido proferido durante a conferência em Genebra em julho de 2017.**

**MECANISMO DE EXPERTS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS  
10ª Sessão : 10 – 14 julho 2017**

**TEMA 8 : Atividades e seguimentos interssessões referentes aos estudos temáticos sobre os direitos à herança cultural e saúde.**

*Bom dia, eu gostaria de agradecer ao presidente da décima sessão sobre os direitos dos povos indígenas e a todos os representantes que defendem os direitos destes povos.*

*Eu me chamo Alceu dos Santos, eu sou do Brasil do povo Karipuna da Amazônia Brasileira. Eu represento a Associação da Comunidade da Aldeia Manga e a Universidade Federal do Amapá no curso de medicina.*

*Meu país retificou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT em 2002. No Brasil, os povos indígenas tem um sistema de saúde coletiva específico, mas apresentam também taxas elevadas de alcoolismo, mortalidade infantil e suicídio em particular entre os jovens. Atualmente as comunidades indígenas são atendidas por médicos do Programa Mais Médicos do governo federal com a Organização Panamericana de Saúde – OPAS. Em 6 de abril de 2017 foi realizada a primeira Conferência sobre Saúde Indígena no Brasil com a organização do Conselho Federal de Medicina do Brasil e com a Confederação Médico Latino Americana e do Caribe CONFEMEL para a promoção de novas experiências de ensino em saúde indígena no país.*

*Referente às recomendações do Mecanismo de Experts em 2016 sobre o direito à saúde e aos povos indígenas que « Os Estados devem favorecer as iniciativas pedagógicas em favor dos povos indígenas sobretudo dados e estreitos vínculos diretos e indiretos existentes entre a saúde e o nível de instrução» e «eles devem igualmente criar programas e serviços visando à sensibilizar as práticas em mudanças e aos métodos de aproximação dos pacientes indígenas », então, minha comunidade com o curso de medicina tem uma experiência pedagógica positiva para fazer as trocas de saberes tradicionais na comunidade Karipuna e fazer a sensibilização e o respeito à medicina tradicional dos futuros médicos, e promover a integração dos saberes tradicionais indígenas nos sistemas nacionais de saúde. Desde 2015, os alunos vão à comunidade estudar como uma parte de seu curso, após a autorização do conselho da comunidade.*

*Senhor presidente, eu recomendo a multiplicação de discussões e do fortalecimento da saúde e direitos dos povos indígenas, sobretudo nas esferas de governo e outros departamentos.*

Como uma verdadeira rede de apoio que se preze a agregar parceiros, meu grande apoiador no grupo francófono foi um colega oriundo do Marrocos, o Sr. Hicham El Mastouri, do povo Amazigh, o qual é tido como um dos povos mais antigos do continente africano, que depois viria a se tornar um grande amigo, ele me deu grande ajuda com a língua francesa, em duas semanas eu falava quase como um nativo. E na véspera de meu discurso no conselho, ele me ajudou a corrigir meus erros com a escrita e comentou comigo o quanto estava surpreso em saber que existiam iniciativas como a nossa na rede de ensino superior em nosso país. Expliquei a ele que apesar da existência de tal iniciativa, era uma exceção no Brasil, mas que esperávamos ao longo dos anos fortalecê-la e assim, difundir para outros lugares.

No dia do discurso no Mecanismo de Experts, eu segui para o Palácio das Nações sabendo do importante papel que eu tinha na representação de meu país, mais ainda de meu povo. Sabia que era um dia em que estariam importantes organizações presentes como a UNICEF e a Organização Panamericana de Saúde - OPAS e que sem dúvida alguma eu poderia articular contatos com as lideranças dessas organizações para futuras ações em minha região. As duas representantes falaram antes de mim, e logo em seguida, seria a vez dos fellows indígenas iniciarem seus discursos, sendo eu o primeiro a ter a fala na plenária.

**Em fala no Palácio das Nações Unidas - em discurso com lideranças indígenas da Venezuela, Estados Unidos, Guatemala e outros países. Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos de Povos Indígenas.**



Quando a representante da OPAS iniciou sua fala, uma mistura de nervosismo,

emoção, ansiedade, tomou conta de mim e meu coração não se contentava em querer bater tão forte que pensei que ele pudesse ser ouvido por quem estava do meu lado. Percebendo que a fala da OPAS estava terminando, eu como de costume nessas situações, tive meu breve diálogo calmante comigo. Calma, foco, respire fundo como se sentisse a calma que sempre acompanha você, que o acompanha como quando você está na paz em conexão com a natureza, tenha o controle da emoção, essas foram algumas das palavras dirigidas por mim para mim, e que acalmaram e me deram a conexão necessária para que em 3 minutos e 15 segundos aproximadamente eu pudesse expressar que, aqui, no Brasil, existem indígenas que estão a frente de espaços importantes na sociedade, trabalhando em frentes tímidas de trabalho sobre educação e saúde indígena, mas que surgem como iniciativas de empoderamento em espaços de poderes até então distantes à presença de indígenas enquanto formadores de opinião.

Foi um discurso emocionante, no qual a maneira como fui criado, o lugar de onde vim, os ensinamentos que tive, as heranças trazidas por meus antepassados karipuna, minha conexão com a natureza, elementos estes que se resumem em uma palavra: ancestralidade, estava viva mais do nunca neste momento, reunindo a memória de tantas pessoas que todas juntas representam minha formação de vida pessoal e profissional. Preciso falar antes de tudo que minha espiritualidade, a qual me guia, orienta-me, dá-me o norte e força espiritual necessária, esteve comigo desde sempre, mas também mais fortalecida ainda desde que cheguei à Genebra. Os aplausos e toda a energia emanada pelo momento ao final de meu discurso, davam-me a sensação de que eu não estava em meu corpo, estava em um outro estágio acessado por mim naquele momento. Tenho certeza que sim, pois em um breve espaço de tempo, pude ter sem dúvida a presença de tantos momentos e experiências todas juntas naquele momento. As amizades que construí, o networking estabelecido, um degrau a mais no crescimento pessoal e profissional alcançados segue comigo a diante, e segue juntando a mais experiências às quais eu ainda irei me dispor a vivenciar.



#### **14) Bibliografia:**

BANIWA, G. Indígenas Antropólogos: desafios e perspectivas. In: **Novos Debates**, fev, 2015.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. P. 40.

CLIFFORD, J. **Sobre a autoridade etnográfica**. In.: **GONÇALVES, J.R.S. (Org.) A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GOMES, R. et al. Avaliação da assistência ambulatorial a portadores de HIV/AIDS no Rio de Janeiro, segundo a visão de seus usuários. **Cad. Saúde Pública**, n.15, p.789-97, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**, São Paulo: E.P.U, 1986, p.14.

PAES LANDIM, L; CAPRARA, A. **Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde**. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** 200812363-376. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114105011>. Fecha de consulta: 3 de mayo de 2016.

PIB SÓCIO AMBIENTAL, 2006. In:  
<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karipuna-do-amapa/377>

Consultado em: 15/06/2015 às 23:47:13.

SIASI/SESAI/MS, 2013. In:  
[http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb;jsessionid=5653B2A0F388954FB840E228992C1752?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header%2Cpath%2CdockLeft%2Cfooter&visMode=0&currentViewMedia=2&documentID=5DECC34E11E3629D00000080EF2535D4&Server=SRVBIPDF03&Port=0&Project=DMSIASI\\_4&](http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb;jsessionid=5653B2A0F388954FB840E228992C1752?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header%2Cpath%2CdockLeft%2Cfooter&visMode=0&currentViewMedia=2&documentID=5DECC34E11E3629D00000080EF2535D4&Server=SRVBIPDF03&Port=0&Project=DMSIASI_4&)

Consultado em: 03/05/2016 às 22:30:13.

WILSON, S. **The use of ethnographic techniques in educational research**. **Review of Educational Research**, vol. 47, 1977, p. 245-265.